

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
INICIADA NO DIA 15 DE JUNHO DE 2004.** -----

----- **ACTA NÚMERO SESSENTA** -----

----- No dia 15 de Junho de 2004, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egipto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Pimenta Prôa, António Manuel Ferreira Pereira, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Domingos Alves Pires, Eduardo Manuel Reis Vieira, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmiento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Miguel Nunes Anacoreta Correia, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro

Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Levi Marques Santos, José Dimas Bernardes Salsinha, Manuel Filipe Correia de Araújo, Jaime Salomão Alves, Domingos Dores Rosa Estanislau, Cecília Conceição Simões Sales, João Gordo Martins, Duarte Facco Vianna Álvares de Calvão, Carla Susana Afonso Ladeira, Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares, Filipe Manuel Pereira Nunes Beirão, José Domingos Pereira Gonçalves, João Manuel Santos Reis, Maria Inês dos Santos Viola.

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António José Borges Gonçalves de Carvalho, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Isabel Maria de Almeida e Castro, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodolfo José Caseiro. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Filipe Beirão. -----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Levi Marques dos Santos. -----

----- Pedro Portugal (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Salsinha. -----

----- Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Correia de Araújo. -----

----- Martinho Baptista (PCP), por 2 dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Domingos Estanislau. -----

----- Deolinda Machado (PCP), por 2 dias, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cecília Sales. -----

----- Feliciano David (PCP), por 2 dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jaime Salomão Alves. -----

----- Maria Cândida Cavaleiro Madeira (PS), por 1 dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Santos Reis. -----

----- Manso Pinheiro (PEV), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Rodrigo Moctezuma (PPM), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Domingos Pereira Gonçalves. -----

----- Maria do Céu Fazenda (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Pedro Soares. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia: -----

----- Magalhães Silva (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede, por Duarte Facco Vianna Alvares Calvão. -----

----- Maria Luísa Teixeira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios, por Maria Inês dos Santos Viola. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Carla Susana Afonso Ladeira. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Saldanha Serra (PSD) relativamente às reuniões realizadas nos dias 4 e 25 de Maio e 1 de Junho de 2004. -----

----- Carlos Alves Correia (PSD) relativamente à reunião realizadas no dia 25 de Maio de 2004. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião entrando-se, de imediato, no período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. José Duarte Silva**, morador na Av. Duque D'Ávila, n.º 75, 1049-011 Lisboa, falando em nome da ARESP aludiu ao Regulamento de Cargas e Descargas para a Cidade de Lisboa dizendo que estavam perante um Regulamento que da forma como se preparava para subir a Plenário, sem discussão pública e com falta de peças que lhe deviam estar anexas, não sabiam que tipo de Regulamento iriam ter que cumprir na cidade. -----

----- Referiu que no preâmbulo do Regulamento se dizia que ele devia adaptar os espaços de cargas e descargas e devia ser feito atendendo os desejos e eficiência económica dos comerciantes e distribuidores, o que nunca foi tido em atenção na sua discussão pública. -----

----- Por outro lado, não estava definido o número de zonas de cargas e descargas a implementar na área abrangida pelo Regulamento; não estava definido o número de bolsas, a respectiva localização e o estacionamento para comerciantes; não estava definido nem especificado qual o equipamento electrónico a utilizar no controlo do período de cargas e descargas e estacionamento para comerciantes; não constava do Regulamento o modelo de credencial a usar pelos operadores económicos que quisessem utilizar as bolsas de estacionamento para veículos de pequena dimensão e para transporte de mercadorias. -----

----- Disse, depois, que apesar de representar uma associação com mais de cem anos de vida e ele próprio ter mais de vinte de associativismo, era esta a primeira vez que era obrigado a vir à Assembleia Municipal de Lisboa porquanto, durante a consulta pública, nunca a ARESP e as actividades económicas da Cidade de Lisboa foram ouvidas para a feitura deste Regulamento. -----

----- Contudo, estavam ali esperançados que o Regulamento voltasse à Comissão Permanente respectiva da Assembleia Municipal para ser analisado no sentido de ter em conta os interesses das actividades económicas que representavam na cidade. -----

----- Disse, ainda, que a aprovação do Regulamento da forma em que era proposto à Assembleia e neste período do ano em que era colocado em execução, que era a altura de pico em termos de abastecimentos, nomeadamente cervejas e refrigerantes, podia levar ao estrangulamento do abastecimento na Cidade de Lisboa. E tendo em conta a crise económica que já sentiam de certeza que isso iria criar mais entraves à actividade que desenvolviam. -----

----- Por tudo isso, pedia que ponderassem sobre o Regulamento e que o mais baixasse novamente à Comissão. -----

----- **A Sra. D. Paula Cristina Friães Correia**, moradora na Rua Melo Antunes, lote 20, 3. 8., 7B, Lisboa, disse que foi atribuída uma casa para os seus pais e para si, um T4, mas eram três casais e duas crianças a viver lá. Na altura a renda era a dividir pelos três casais, mas desde a Páscoa que deixaram de lhe aceitar a renda só para depois dizerem que ela não pagava e porem-na fora de casa. -----

----- Por outro lado, tratavam mal o seu filho, que tem 7 anos, estava proibida de lavar roupa e tomar banho e por isso têm tido muitas desavenças e até já lá foi a polícia duas vezes. Nunca usou a sala, fechavam tudo e até já disseram que ela tinha arrombado a porta do quarto deles, quando ela nunca estava em casa porque levava o seu filho às sete horas para a escola e chegava a casa à noite. -----

----- Num estado emocional que a não deixava pronunciar com clareza parte das coisas, a munícipe foi acrescentando que a tratavam muito mal, a sua irmã mais nova era a preferida, a sua mãe dizia-lhe que ela não era filha dela, e que já não sabia o que havia de fazer. Disseram-lhe que lhe davam uma casa quando foi para lá, que lhe davam um desdobramento, mas nada. O seu filho estava a sofrer, já tinha problemas na escola, não aguentava mais. -----

----- Por isso, o que pedia era que lhe fosse dada uma casa, nem que fosse usada, para poder viver em paz com o seu filho e o seu marido. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que iam procurar ajudar a resolver porque era uma questão que com certeza os sensibilizava a todos. -----

----- **O Sr. Afonso Casimiro de Barros Queiroz**, morador na Praça D. João I, n.º 25, 3º 4000-295, Porto, falando na qualidade de Presidente da Associação Portuguesa dos Distribuidores de Cerveja e outras Bebidas, começou por felicitar a Câmara Municipal pela preocupação que tinha em melhorar o trânsito na Cidade de Lisboa. -----

----- No entanto, pensavam, e já o disseram, que a pretensão da Câmara não estava a atingir o seu objectivo na medida em que ela estava contra aqueles que poderiam beneficiar deste novo Regulamento. -----

----- Na verdade, este Regulamento era contra os comerciantes do canal HORECA, ou seja, hotéis, restaurantes e cafés, na medida em que a Câmara Municipal deveria saber que no horário sugerido, das 6 às 8 horas da manhã e das 19 às 21 horas, os comerciantes do canal HORECA não estavam disponíveis e não era usual trabalharem nesse horário. -----

----- Assim, perguntava aos Srs. Presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal por que se apresentava um novo Regulamento em que não seria possível aos distribuidores das cervejas e outras bebidas atenderem a sua clientela pelo facto dos estabelecimentos estarem encerrados nos horários propostos. -----

----- Lamentavam isso sinceramente tendo em conta que essa distribuição era uma actividade com grande importância estratégica para a Cidade de Lisboa. Seria necessário um novo Regulamento, mas a verdade era que os horários dos agentes económicos a quem os distribuidores de cerveja e outras bebidas tinham que atender estavam encerrados no horário que a Câmara propunha. -----

----- Por conseguinte, não restava outra alternativa à Associação Portuguesa dos Distribuidores de Cerveja e outras Bebidas, senão pedir ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e aos Senhores Deputados Municipais que fizessem baixar de novo o Regulamento para discussão na 3ª Comissão, por forma a que a associação pudesse dar conhecimento do que se passava no terreno e da inviabilidade prática de funcionamento desse mesmo Regulamento. -----

----- Referiu, ainda, que o professor catedrático que elaborou o Regulamento confundia materiais de construção com cerveja. De facto, numa entrevista que o Sr. Prof. José Manuel Viegas, deu ao Diário de Notícias em 28 de Dezembro de 2003, ele referia que quando operavam nos hipermercados não o faziam a qualquer hora, era tudo uma questão de disciplina. Efectivamente o Sr. Prof. José Manuel Viegas confundia hipermercados com os cafés, restaurantes e hotéis que estavam espalhados pela Cidade de Lisboa. -----

----- Dizia ainda o Prof. José Manuel Viegas: “Veja-se o caso dos transportadores de materiais de construção que devido às características de carga até têm mais dificuldades mas estão disponíveis para reorganizar”. O Sr. Prof. José Manuel Viegas desconhecia que a cerveja, os refrigerantes e as águas eram produtos delicados que não podiam ter o mesmo tratamento. -----

----- **A Sra. D. Gabriela Moreira Lopes**, moradora na Rua Guilherme Anjos, NC 1º esqº, 1350-157 Lisboa, disse que durante quatro anos viveu na casa com a letra M, da mesma rua, mas por causa de más condições da casa e a renda ser de 50 contos/mês, foi obrigada a mudar para duas casas adiante. -----

----- Antes da mudança contactou o Gabinete do Casal Ventoso, três ou quatro vezes, explicou a sua situação e foi informada que não existia nenhum plano para demolir esse lado da rua, e não existia nenhum problema para mudar para duas casas mais para a frente, do mesmo lado. Fez isso, mudou-se em Abril, e, imagine-se, em Janeiro seguinte demoliram toda a rua só tendo deixado o prédio onde tinha morado. -----

----- Entendia que tinha direito a receber casa, a anterior tinha sido alugada por 5 meses, ela que tinha ali vivido desde antes do recenseamento na rua realizado em 1998, estava profundamente indignada com a situação em que se encontrava o seu processo. Já escreveu cartas para o Sr. Presidente da Câmara, para o Sr. Primeiro-Ministro, para o Ministério das Cidades, e sempre era resposta era igual da parte do respectivo Departamento do Edifício do Campo Grande, pelo que desejava perguntar a razão porque outras pessoas faziam decisão nessas situações. -----

----- Acrescentou, ainda, que era divorciada, tinha duas crianças, de momento estava desempregada e estava a pagar uma renda de 321 euros/mês numa casa degradada, com tetos a cair, esgotos a escorrer nas escadas, e estava sem ajuda do pai das suas filhas. -----

----- **A Sra. D. Maria Eugénia dos Santos Galvão Rato**, moradora na Travessa da Picheleira, letra B, r/chão, 1900-375 Lisboa, disse que há 65 anos habitava na referida morada numa casa que era propriedade dos Inválidos do Comércio, onde até hoje nunca foram realizadas quaisquer obras de conservação. Há dois anos foi solicitada

pela Junta de Freguesia do Beato a primeira vistoria à habitação devido ao estado em que ela se encontrava, mas até hoje não foi feita qualquer intervenção. -----

----- Nos últimos dois meses a Protecção Civil foi chamada devido a ameaça de ruína e proibiu-lhe o uso de dois quartos e da casa de banho. Ora, habitando essa casa com o seu neto e não podendo usar essas áreas como iriam viver? Teriam que ficar privados dos cuidados higiénicos? -----

----- Pediu que fossem tomadas medidas urgentes no sentido de poderem ser realojados, nem que fosse temporariamente para que ali pudessem realizar obras de reabilitação, pois tinha os seus haveres a serem “engolidos” pelo chão porque o soalho estava a abater. Aliás, o telhado também já abateu, as telhas estavam a sair, estava tudo muito complicado. -----

----- Portanto pedia, encarecidamente, que lhe resolvessem o seu problema. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que dariam seguimento à intervenção enviando-a para a Câmara Municipal. -----

----- **O Sr. José Manuel da Fonseca**, morador na Rua Rodrigo Albuquerque e Melo, 8 – 2º dtº, 2795-172 Linda-a-Velha, falando em nome da empresa José Manuel da Fonseca, Lda., disse que é distribuidor de bebidas em Lisboa e vinha manifestar a sua preocupação quanto ao novo Regulamento de Cargas e Descargas que o Sr. Presidente da Câmara lhes queria impor, preocupação essa que tinha a ver com o horário proposto, isto é, das 6 às 8:30 horas da manhã e das 19:30 às 21 horas da noite, porque esse horário não era compatível para atender clientes, e muito menos no seu caso porque tinha clientes em bancos e escritórios que só abriam às 8 ou 8:30 horas da manhã, portanto não de encontravam abertos dentro do horário que estava regulamentado. -----

----- Outra preocupação que tinha dizia respeito à tonelagem dos carros. Tem dois carros, um dos quais com 8,5 toneladas que estava a pagar a prestações e não podia deitá-lo fora para comprar um mais pequeno. Mas a sua maior preocupação, que lhe tem tirado muitas horas de sono, era que tinha três empregados que teria que mandar embora caso este horário fosse aprovado. E ele próprio, que tem 60 anos e trabalhava desde os 11, teria também que ficar no desemprego. -----

----- Pediu ao Sr. Presidente da Câmara que interviesse junto da polícia porque nem sequer seria necessário haver novos horários se os locais de cargas e descargas da cidade estivessem desocupados, já que, por vezes, queriam estacionar um carro para descarregar e não o podiam fazer porque estavam sempre ocupados com carros particulares. -----

----- A terminar, disse que o Sr. Prof. José Manuel Viegas podia ser um grande catedrático, mas de cargas e descargas de certeza absoluta não percebia nada. -----

----- **A Sra. D. Ana Carlos Rodrigues Gonçalves**, moradora na Rua Alexandre Sá Pinto, 121 – 2º esqº 1300-034 Lisboa, disse que representava uma comunidade educativa, alunos, professores, pais, funcionários, autarquia e restante população, uma comunidade educativa cheia de dúvidas, de angústias e de perguntas. -----

----- A Escola Secundária D. João de Castro tinha vindo a assistir à redução do seu número de alunos por imposição da DREL. No seguimento dessa linha de actuação, a

DREL informou, em Maio, a escola da suspensão das matrículas do 7º ano e da diminuição de áreas do 10º ano para o próximo ano lectivo, colocando-os, assim, num cenário de extinção previsível a curto prazo, diminuindo, por consequência, a oferta pública de qualidade das zonas de Alcântara e da Ajuda e contribuindo para a desvalorização do património cultural da Cidade de Lisboa. Até ao momento não foram esclarecidos pelo Ministério da Educação sobre os critérios e objectivos que enquadravam essa decisão, esse ataque à Escola Secundária D. João de Castro. -----

----- Disse, depois, que o documento intitulado “porque é que não deve haver suspensão de matrículas” – que gostariam de entregar a todos os Deputados Municipais – mostrava claramente que os critérios não se prendiam com o número de alunos nem com a qualidade de ensino. Então porquê? -----

----- Por outro lado, as freguesias de Alcântara e da Ajuda vinham assistindo nos últimos tempos ao rejuvenescimento e ao aumento das suas populações, e tudo levava a crer que essa tendência se mantivesse e se intensificasse. E perguntavam outra vez: então porquê? -----

----- Pensavam que essa decisão do Ministério da Educação se prendia com uma reorganização da rede escolar que tem sido feita sem uma exposição clara de critérios e de objectivos, e que à revelia da lei se impunha sem que fossem consultados os órgãos representativos das comunidades envolvidas. -----

----- Impondo-se esse cenário de suspensão de matrículas, alunos, pais e encarregados de educação das freguesias de Alcântara e da Ajuda, viam negada a sua liberdade na escolha de uma escola e de um projecto educativo com os quais se identificavam. A reorganização da rede escolar não podia impor este ou aquele projecto, não devia coarctar a liberdade de poderem escolher a escola onde queriam pôr os seus filhos. Queriam inverter esse processo, esse caminho de liquidação de escolas públicas de qualidade na Cidade de Lisboa, sem critérios transparentes e sem objectivos participados. -----

----- Assim, pediram já reuniões e foram recebidos pelos partidos com assento na Assembleia da República, pediram uma reunião e foram recebidos pela Comissão Municipal de Educação. -----

----- Alertada pelo Sr. Presidente de que estava a terminar o tempo, a munícipe resumiu a sua intervenção referindo que tinham que ouvir o povo e perceber a mensagem que ele lhes queria dar – citava o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Não queriam a suspensão de matrículas do 7º ano, a diminuição de áreas do 10º ano, não queriam a morte da Escola Secundária D. João de Castro, e, para isso, pediam também o apoio da Assembleia Municipal e um apoio urgente porque o nascimento de uma escola e de um projecto educativo levava tempo, levava anos a crescer e a afirmar-se, mas a sua morte era brutal e rápida. -----

----- **O Sr. Michael Ziskin**, morador na Rua do Terreirinho, 93 – 3º esqº 1100-597 Lisboa, disse que falava em nome dos artistas da Rua Augusta, nomeadamente numa parte deles que eram imigrantes. Trabalhavam nessa rua já há sete anos mas cada ano o trabalho ficava mais e mais difícil. Primeiro não precisavam de nenhuma licença para trabalhar lá, seguidamente a Câmara exigiu que passassem a ter licença, depois

atiraram todos os artistas para um pedaço de 50 metros quando antes trabalhavam onde tinham espaço em toda a extensão da rua. Agora ficavam uns em cima dos outros. -----

----- Mas, mesmo assim, uma semana atrás foram pedir a renovação das licenças e isso foi-lhes negado sem nenhuma explicação. Portanto, estavam-nos jogando para o nível dos marginais sem lhes dar possibilidade de ganhar a vida com dignidade. Além disso, essa decisão prejudicava Lisboa porque os artistas de rua estavam atraindo muitos turistas, muitos deles vinham já directamente buscar as suas obras, que não eram apenas e só as suas obras mas também Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a intervenção acaba de fazer seria enviada à Câmara. -----

----- **O Sr. Timóteo Macedo**, morador na Travessa Condessa do Rio, n.º 4 – 3º esqº 1200-124 Lisboa, intervindo em nome da Associação Solidariedade Imigrante, disse que desejava saudar a atitude e a coragem política do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Pedro Santana Lopes, por ter pedido a demissão do Comandante da Polícia Municipal pela sua atitude racista e xenófoba, em relação à população e aos munícipes da Mouraria e da zona do Intendente. -----

----- Por se quererem manifestar, por quererem transmitir também a sua cultura e a sua diversidade, também estavam ali solidários com todos aqueles que transformavam a Cidade de Lisboa numa cidade mais multicultural, mais inter-cultural e onde a diversidade devia ser encarada como uma riqueza, como uma fonte de oportunidades e não de uma forma estigmatizada e marginal. Mas assim era e assim estava acontecendo com os artistas da Rua Augusta. -----

----- Disse que a associação que ali representava estava sediada na Rua da Madalena e interagiam com aqueles artistas também. Criaram cumplicidades, promoviam actividades inter-culturais na associação, a maior associação de imigrantes em Portugal, com mais de 7.000 associados provenientes de 79 países diferentes. Estavam lá cidadãos e artistas que tornavam a Rua Augusta numa rua diferente, numa rua multicultural e com isso todos tinham a ganhar. Queriam que a Rua Augusta fosse também uma rua dos cidadãos, uma rua dos artistas onde eles pudessem exprimir, de uma forma livre, as suas culturas e as suas expressões artísticas. -----

----- Era isso que vinham apelar à Assembleia Municipal, para que não deixassem que a Rua Augusta se tornasse em mais uma rua apenas de comércio e que a Cidade de Lisboa se tornasse menos multicultural. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que eram matérias de interesse para a cidade, naturalmente seria dado seguimento a essas questões. -----

----- **A Sra. D. Maria Natália Mamede**, moradora na Rua Cidade de Bissau, lote 11 – 8º dtº 1800-075 Lisboa, falando em nome dos moradores da área, disse que tinham falta de iluminação na zona, apenas possuíam um candeeiro e eram iluminados pela luz dos prédios porque esse candeeiro estava virado para a via pública. -----

----- Por outro lado, tinham também um problema relacionado com o arvoredo, porque o projecto foi aprovado com seis árvores junto aos prédios, que foram plantadas, e sete caldeiras junto à via pública mas nestas apenas quatro árvores foram plantadas.

Contactaram o Sr. Engº Helder Dias para saber o porquê de apenas terem plantado quatro árvores em vez de sete, e foi-lhes dito que a Câmara não tinha meios para plantar tantas árvores e que porque eram de grande porte as quatro eram suficientes. ---
----- Contudo, pensavam que o projecto aprovado tinha que ser cumprido porque quando eram os munícipes a pedir alterações de projectos eles com dificuldades eram alterados. Por isso, exigiam que o projecto fosse totalmente cumprido. -----
----- (Entregou na Mesa fotografias relativas ao assunto que acabara de referir, bem como cópia de um fax que enviaram). -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, terminado o período de intervenção do público, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMEROS 52, 53, 54 e 55** -----

----- **O Senhor Presidente** pôs em apreciação as referidas actas, que previamente tinham sido distribuídas, e como ninguém manifestou desejo de intervir sobre o conteúdo das mesmas de imediato as submeteu à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Seguidamente informou que tinham sido apresentadas e estavam já distribuídas as seguintes moções: -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- “1. O Prémio Valmor, instituído em 1902 pelo segundo visconde de Valmor, Fausto de Queiroz Guedes, Governador Civil de Lisboa e membro do Partido Progressista, se destina a distinguir os projectos dos mais belos edifícios da Cidade de Lisboa sendo a sua atribuição da responsabilidade da Câmara Municipal, -----

----- 2. Em 1943, Duarte Pacheco, então Presidente da Câmara Municipal e Ministro das Obras Públicas, instituiu o Prémio Municipal de Arquitectura que partilha muitas semelhanças com o Prémio Valmor, -----

----- 3. Recentemente a Câmara Municipal de Lisboa retomou a atribuição destes Prémios, interrompida em 1997, procedendo à entrega dos Prémios referentes aos anos de 1997 a 2002, -----

----- 4. O Grupo dos Deputados Municipais do CDS/PP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 15 de Junho de 2004, delibere: -----

----- - Congratular-se pelo retomar desta iniciativa, tão relevante no plano cultural, ----

----- - Recomendar à Câmara Municipal que não volte a suspender a atribuição destes Prémios.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Ana Pires Marques, do CDS-PP. -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- Voto de Pesar e Homenagem -----

----- “É com profundo pesar que a Assembleia Municipal de Lisboa, lamenta o falecimento de Lino de Carvalho, militante do PCP e distinto deputado na Assembleia da República. -----

----- Lino de Carvalho, nascido em 1946, e militante do PCP desde 1969, participou activamente na luta estudantil e na oposição democrática nos últimos anos do

fascismo. Lutador pela liberdade, pela democracia e na fundação do regime democrático, foi um destacado interventor no processo da Reforma Agrária. -----

----- Deputado à Assembleia da República desde 1987, membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Lino de Carvalho era actualmente vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP e Vice-Presidente da Assembleia da República. -----

----- Lino de Carvalho é reconhecido por todas as correntes políticas, como um lutador convicto, pelas causas que abraçou, pela sua coerência e aplicação, pelo rigor que imprimia no seu trabalho e intervenção política. Homem frontal e sincero no combate político defensor dos interesses dos trabalhadores e do País, sendo esses os interesses que norteavam toda a sua vida e actividade. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, associa-se ao profundo pesar nacional pela dimensão deste militante do PCP e importante homem público que tanto contribuiu para a democracia, para a justiça social e para o progresso de Portugal. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, presta assim homenagem à sua memória, enviando à sua família e ao seu Partido as mais sinceras condolências, recomendando à Câmara Municipal de Lisboa, a consideração de inscrever na toponímia de Lisboa o seu nome.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP). -----

MOCÃO NÚMERO TRÊS

----- “Considerando que na passada reunião de dia 26 de Maio de 2004, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou uma proposta de alteração aos estatutos da AMERLIS – Agência Municipal de Energia de Lisboa, para apresentação e votação em Assembleia Geral desta Associação; -----

----- Considerando que de acordo com a alínea m) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, refere que é competência da Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara,: “autorizar o Município, nos termos da lei, (...) a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou cooperativas (...) que prossigam fins de reconhecido interesse público local e se contenham dentro das atribuições cometidas aos municípios, em quaisquer dos casos fixando as condições gerais dessa Participação.” -----

----- Considerando que a constituição da AMERLIS e a forma como o Município se associou com outras pessoas colectivas nesta associação foi tomada por deliberação da Assembleia Municipal; -----

----- Considerando que a proposta aprovada em 26 de Maio na reunião de câmara é uma alteração profunda à estrutura da agência, quer pela sua designação, pelo seu objecto, bem como à forma de representação do Município de Lisboa nos seus órgãos sociais, e principalmente, quanto à participação no capital de empresas; -----

----- Considerando que a posição que o Município venha a tomar na Assembleia Geral da AMERLIS referente a uma proposta ou votação de alteração dos seus estatutos terá sempre de basear-se numa deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa e não numa deliberação de Câmara; -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa não pode aceitar actos praticados pela Câmara Municipal de Lisboa fora do âmbito das suas competências, ultrapassando os poderes do órgão deliberativo; -----

----- Os Deputados do PCP têm a honra de propor que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere: -----

----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa, que pretendendo levar à Assembleia Geral da AMERLIS uma proposta de alteração dos seus Estatutos, deverá submeter essa proposta à aprovação desta assembleia municipal nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- 2. Informar os sócios da AMERLIS que: -----

----- a) a Assembleia Municipal de Lisboa ainda não se pronunciou sobre qualquer eventual alteração estatutária que o Município venha a propor na sua assembleia geral,

----- b) que o representante do Município de Lisboa na AMERLIS ainda não tem legitimidade para fazer qualquer proposta, ou votação em assembleia geral, sobre esta matéria.” -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP). -----

----- **MOÇÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- “Considerando que estão a ser demolidos vários edifícios em Alcântara, Boavista e Vale de Santo António e havendo já indícios de que empresas se preparam para proceder à construção de novos edifícios, conforme fotografias em suporte digital que se juntam em disco anexo; -----

----- Considerando que os trabalhos que se estão a efectuar no terreno constituem uma alteração urbanística profunda naquelas zonas da cidade, descaracterizando-a em termos de usos e património edificado; -----

----- Considerando que estas zonas estão classificadas no PDM como Áreas de Reconversão Urbanística; -----

----- Considerando que o PDM estabelece que nestas zonas o licenciamento de loteamentos e de novas construções deve ser precedido de plano de urbanização *ou de* pormenor; -----

----- Considerando que na sua falta, apenas são permitidas obras de remodelação e ampliação, desde que não sejam alterados os usos nem as características construtivas dos edifícios; -----

----- Considerando que nos termos do n.º 3 do art. 53º da Lei n.º 169/99, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do disposto no art. 79º do D.L. n.º 380/99 de 22 de Setembro, na redacção dada pelo D.L 310/2003, de 10 de Dezembro, é competência da Assembleia Municipal em matéria de planeamento, sob proposta ou pedido da Câmara, a aprovação de planos de urbanização e de planos de pormenor mediante a aprovação prévia de Termos de Referência; -----

----- Considerando que até à data para as zonas acima mencionadas não foi submetido à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa qualquer plano de urbanização ou de pormenor; -----

----- Considerando que não havendo planos de urbanização ou de pormenor não podem ser aprovadas obras de construção, nem operações de loteamentos, conforme estipulam os artºs 21º e 24º do D.L. 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo D.L. nº 177/2001, de 4 de Junho e o art. 73º do PDM. -----

----- Considerando que nos termos do disposto no art. 68º do D.L. nº 555/99, de 16 de Janeiro na redacção dada pelo D.L. nº 177/2001, de 4 de Junho, são nulas as licenças ou autorizações de construção que tenham sido concedidas sem observâncias destes planos; -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa não pode aceitar actos praticados pela Câmara Municipal de Lisboa fora do âmbito das suas competências, ultrapassando os poderes do órgão deliberativo; -----

----- Os Deputados do PCP, têm a honra de propor que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 e nº 5 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:--

----- 1. Instar a Câmara Municipal de Lisboa para que informe qual o fundamento legal que motiva a licença concedida para as operações urbanísticas nas zonas de Alcântara, Boavista e Vale de Santo António; -----

----- 2. Qual o estado de desenvolvimento dos projectos de planos de ordenamento do território para estas zonas, previstos no PDM; -----

----- 3. Informar as empresas de construção que se encontram no local, que a Assembleia Municipal de Lisboa não aprovou quaisquer planos de ordenamento do território que permitam a realização de obras de construção ou demolição.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal José Godinho, do PCP). -----

MOÇÃO NÚMERO CINCO

----- Em defesa da Escola Secundária D. João de Castro -----

----- “A Escola Secundária de João de Castro vive actualmente um clima de instabilidade e preocupação, provocado pela informação emanada da Direcção Regional de Educação de Lisboa da não abertura no próximo ano lectivo de turmas do 7º Ano e diminuição do número de turmas do 10º Ano, receando a comunidade educativa um eventual encerramento em anos futuros, apesar de a tutela afirmar que tal não irá suceder. -----

----- A Escola Secundária de D. João de Castro é um marco incontornável na história de Lisboa, onde estudaram várias gerações de cidadãos notáveis, nos mais diversos domínios de actividade. -----

----- A Escola Secundária de D. João de Castro está inserida numa zona de previsível aumento demográfico, sendo presentemente a sua população escolar constituída por cerca de 460 alunos. Têm sido efectuadas obras, decorrendo, no momento, uma grande intervenção no Pavilhão Gimnodesportivo. A Escola tem, obtido, em exames nacionais, bons resultados em várias disciplinas. -----

----- A comunidade educativa tem procurado informações sobre o futuro da Escola, não tendo até agora obtido respostas concretas, em particular do Ministério da Educação, o que tem gerado natural instabilidade numa altura de avaliações de final de ano, de exames nacionais, provas de aferição e provas globais. -----

----- Também os Presidentes das Juntas de Freguesia (Alcântara e Ajuda) abrangidas por esta Escola não foram consultados e envolvidos neste processo. -----

----- Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 15 de Junho de 2004, decide: -----

----- 1) Repudiar qualquer tentativa por parte da Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) de iniciar um processo que conduza ao esvaziamento e natural encerramento posterior da Escola Secundária D. João de Castro; -----

----- 2) Exigir da Câmara Municipal de Lisboa uma tomada de posição sobre o futuro desta Escola, de grande tradição na cidade, bem como sobre o processo de reordenamento da rede escolar em curso neste momento; -----

----- 3) Reiterar, junto do Ministério da Educação, a necessidade de qualquer reordenamento da Rede Escolar na cidade ser feito com a comunidade educativa e com total transparência de critérios. -----

----- 4) Enviar esta moção aos Conselhos Executivos e Pedagógicos e à Assembleia de Escola, às Associações de Pais e de Estudantes da Escola Secundária D. João de Castro, bem como às Assembleias e Juntas de Freguesia de Alcântara e Ajuda; -----

----- 5) Publicar esta moção em dois jornais diários.” -----

----- (Apresentada pelo PCP mas também subscrita pelo PS, PEV e BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SEIS** -----

----- Voto de Pesar -----

----- “Faleceu no passado dia 9, o Professor Doutor António Luciano Pacheco de Sousa Franco. -----

----- O Professor Sousa Franco era, acima de tudo e antes de mais, um Homem Bom. -

----- O Professor Sousa Franco era um eminente jurista e um distinto académico, professor catedrático desde 1979, um homem que dedicou toda a sua vida à causa pública. -----

----- O Professor Sousa Franco sempre foi um Homem interessado e participativo na vida pública, tendo sido presidente do PPD e fundador da ASDI. -----

----- Foi Ministro das Finanças, como independente, nos Governos de Maria de Lurdes Pintasilgo e de António Guterres. No Governo de António Guterres de 1995, o seu nome será para sempre recordado como o Ministro que conseguiu que Portugal fizesse parte do núcleo fundador do Euro. -----

----- O Professor Sousa Franco era um homem de fé, um militante cristão empenhadíssimo e que, segundo os seus amigos mais próximos, tinha três grandes virtudes: convicção, entrega e humildade. -----

----- O Professor Sousa Franco adoptara a máxima de Horácio «Quem teme as tempestades acaba a rastejar», por isso lutou denodadamente até ao último momento da sua vida por aquilo em que acreditava, «lutar contra o estado de degradação do País». -----

----- O Professor Sousa Franco era uma grande figura cívica e moral. Uma referência democrática, um lutador convicto pelas causas que abraçou e pelas quais acaba de morrer no seu último combate político. -----

----- O Professor Sousa Franco morreu a lutar pelos seus ideais de contribuir para a construção de um Portugal melhor. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida delibera: -----

----- 1.- Apresentar as suas mais sentidas condolências à viúva, Senhora Doutora Matilde Pessoa de Figueiredo de Sousa Franco e restante família, desejando partilhar a sua dor pelo precoce desaparecimento do Professor Sousa Franco, uma perda para Portugal de uma grande figura cívica e moral; -----

----- 2.- Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que o nome do Professor Doutor António Sousa Franco seja atribuído a uma artéria importante da cidade de Lisboa.” --

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS). -----

----- **MOÇÃO NÚMERO SETE** -----

----- “O Grupo Municipal do PPM deseja exprimir o seu profundo desgosto pelo falecimento do Professor Sousa Franco e apresentar à sua Família e ao Partido Socialista as nossas sentidas condolências por tão trágico acontecimento que tanto a sua Exm^a Família, como ao Vosso Partido e, em especial ao nosso País, privou da valiosa acção e um grande Político e Português. -----

----- Assim, propomos: -----

----- Que seja mantido um minuto de silêncio em memória do Professor Sousa Franco.

----- 2. Que seja enviada cópia desta Moção à Exm^a Família do Professor Sousa Franco.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma, do PPM) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO OITO** -----

----- “O Partido Popular Monárquico lamenta profundamente o falecimento de Lino de Carvalho, grande Político e Português, apresentando sentidas condolências tanto à sua Exm^a Família, como ao Partido Comunista Português pela perda irreparável que todos sofremos. -----

----- Assim propomos: -----

----- 1. Que seja mantido um minuto de silencio em memória de Lino de Carvalho. ----

----- 2. Que seja enviada cópia desta Moção à Exm^a Família de Lino de Carvalho.” ----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma, do PPM) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO NOVE** -----

----- Rock in Rio Lisboa -----

----- “Lisboa viveu, de 28 de Maio a 6 de Junho, momentos inesquecíveis de usufruto de boa música, lazer e cultura. -----

----- Foram ainda momentos de convívio de muitos povos reflectindo de forma evidente a multiplicidade étnica e cultural que constitui claramente a marca da nossa capital, outra coisa não seria de esperar da cidade de onde partiram as caravelas que deram novos mundos ao mundo. -----

----- Mais, foi uma demonstração de que as instituições da Cidade, Câmara Municipal, Empresas Municipais, Juntas de Freguesia, entidades ligadas à segurança como sejam o RSB, e toda uma imensidão de pequenas, médias e grandes empresas são capazes de responder aos desafios que lhes são colocados no sentido de reforçar a posição que de

há alguns anos Lisboa vem conquistando no grupo das cidades referência de grandes eventos mundiais. -----

----- Também esta Assembleia Municipal foi parte interessada e colaborante garantindo, quando solicitada, a aprovação de medidas tidas por necessárias ao seu sucesso. -----

----- Não menos relevante foi a adaptação, cremos que inequivocamente bem sucedida, do Parque da Bela Vista que não vinha tendo o melhor aproveitamento que o projecto inicial, de grande qualidade, merecia. -----

----- Assim, deve, no nosso entender, esta Assembleia Municipal congratular-se com o sucesso do Rock in Rio Lisboa bem como com o compromisso já assumido de repetir o evento em 2006, associando-se à apresentação e votação unânime desta Moção.” ----

----- (Apresentada pelo PPD/PSD e pelo CDS-PP) -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, depois de referir que não ia falar da Escola Secundária D. João de Castro porque um camarada seu falava sobre essa questão, disse que o que levou a solicitar a palavra é que Lisboa, quanto a si, estava neste momento a ser autenticamente bombardeada em termos urbanísticos. Parte da sua freguesia estava arrasada, nomeadamente na zona envolvente do Pingo Doce, e na zona da Boavista havia demolições maciças sem que ninguém soubesse o que lá se ia passar. -----

----- Recordou quando o Sr. Presidente da Câmara “ameaçava” com aquele cartaz que dizia “Você nem sabe o que aqui vai aparecer” porque era esse tipo de urbanização que como Presidentes de Junta e os próprios cidadãos de Lisboa rejeitavam literalmente. Uma urbanização, o aspecto urbanístico, o desenho daquilo que defendiam para a cidade teria que resultar de um diálogo constante entre a Câmara, as Juntas de Freguesia e os cidadãos. Não podia ser a Câmara pensar o que era bom para os cidadãos, porque isso muitas vezes não correspondia. -----

----- Aliás, em anteriores mandatos, houve situações onde a Câmara tomava uma posição e as Juntas de Freguesia tomavam outra, como aconteceu, por exemplo, com o encerramento das esquadras de bairro e com o POZOR, matéria em que de início não se sabia qual era a posição da Câmara e as Juntas rejeitaram esse plano de ordenamento ribeirinho. -----

----- Neste momento, como já referiu, muitas zonas da cidade estavam a ser arrasadas sem conhecimento dos cidadãos e dos órgãos eleitos das freguesias. Por exemplo, no caso de Alcântara havia planos de pormenor que estavam agora em gabinetes da Câmara a serem estudados, mas que nunca foram discutidos com a população, a não ser um plano de referência nalguns casos porque noutros nem isso, e estavam altamente preocupados. Dava a impressão que os especuladores em Lisboa pensaram que chegou a hora, porque estavam neste momento a tirar da gaveta tudo o que tinham. -----

----- Terminou dizendo que estava na Mesa uma Moção para ser discutida, que ao fim e ao cabo retratava isso. É que a Câmara não podia fazer o que queria, havia competências que eram da Assembleia Municipal, nomeadamente os planos de

urbanização e os planos de pormenor, e o que viam era que estavam a ser demolidas muitas zonas da cidade sem que soubessem o que ia acontecer a seguir. -----

----- **O Senhor Presidente** avisou que nesta altura a Mesa só tinha inscrições do Grupo Municipal do PCP, pelo que teria que dar a palavra a seguir a uma Deputada Municipal do PCP. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, disse que ia falar da Moção que apresentaram sobre a Escola Secundária D. João de Castro, que, como já foi dito, foi subscrita pelo PCP, PEV, PS e BE. -----

----- A Comissão de Educação recebeu a comunidade educativa, alguns Deputados Municipais deslocaram-se a essa escola, e tiveram hoje a oportunidade de ouvir, no período de intervenção do público, a comunidade educativa falar sobre o que se estava a passar. -----

----- Apenas chamava a atenção para dois ou três aspectos. Em primeiro lugar, a instabilidade que neste momento se vivia na escola com a não autorização para a abertura das turmas do 7º ano, o que fazia supor o encerramento da escola a médio prazo, também a falta de informação que necessariamente trazia perturbações a professores, alunos, pais e funcionários, e, sobretudo, era um desrespeito por toda a comunidade educativa verdadeiramente inadmissível. -----

----- De facto, a Escola Secundária D. João de Castro era uma escola de grandes tradições na cidade, tem tido obras e realmente era um bocado difícil perceber-se o que era que estava por trás da tentativa de encerramento a médio prazo, como se adivinhava. -----

----- Outro factor era o facto dos Presidentes de Junta de Freguesia da área da escola também não terem sido ouvidos em todo o processo. -----

----- Entendiam que a Assembleia Municipal não podia deixar passar esta questão em branco e, por isso, na Moção apontavam para a exigência que a Câmara Municipal de Lisboa tomasse posição sobre o processo e fossem feitas todas as *démarches* necessárias, junto do Ministério da Educação, para que se pudesse travar essa situação. -----

----- A terminar, reiterou que qualquer processo de reordenamento da rede escolar, de que necessariamente a cidade carecia, deveria ser feito com a comunidade educativa e nunca contra ela, e chamava também a atenção para a necessidade de haver transparência nestes processos, ou seja, os critérios de reordenamento da rede escolar teriam que ser perfeitamente transparentes para todos: professores, pais, autarquias, em suma, toda a comunidade educativa. Era extremamente grave que se aceitasse que uma escola fechasse sem haver essa transparência de critérios. -----

----- **O Deputado Municipal José Rodrigues (PS)**, no uso da palavra, aludiu também à Moção apresentada sobre a Escola Secundária D. João de Castro dizendo que, para além do que já foi dito, a questão, do ponto de vista do PS, deveria ser vista de uma forma mais abrangente. Aliás, essa preocupação não era exclusiva dessa escola, pois já no ano passado foi discutida uma situação semelhante que teve também uma posição da Assembleia, mas, infelizmente, sem resultados efectivos e, mais grave que isso, sem esclarecimento. -----

----- Já no ano passado a Comissão Permanente de Educação tinha ouvido a Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro, foram pedidos esclarecimentos, quer formalmente às instituições directamente responsáveis, neste caso a DREL e o Ministério da Educação, quer à própria Câmara Municipal, e não houve um esclarecimento em relação a essa situação e os resultados foram aqueles que conheciam. -----

----- Estavam agora perante uma questão idêntica que lhes era colocada pela Escola Secundária D. João de Castro, questão essa que neste momento não era assumida formalmente como uma questão de encerramento, mas a leitura era que esta alteração proposta para a escola, assumida de uma forma que diria menos transparente, garantidamente teria os mesmos efeitos a médio prazo. Isto porque se tratava de descapitalizar o universo de entradas na escola, abdicando da entrada de novos alunos com o cancelamento das turmas do 7º ano. -----

----- Era óbvio que aguardavam que no próximo ano se assistisse a um novo cancelamento natural, pois, obviamente, para o ano não haveria estrutura para o 8º ano já que apenas aqueles que não tivessem sucesso este ano poderiam continuar no oitavo ano, e nessa altura como seriam poucos com certeza a decisão lógica e clara seria a sua transferência. -----

----- E era essa política que os preocupava! A zona onde a Escola Secundária D. João de Castro se inseria era uma zona que do ponto de vista populacional estava em crescimento, ao contrário de outras zonas da cidade. Não era uma escola que tivesse ausência de alunos pois estavam registados, como diziam na Moção, 460 alunos; não era uma escola que não tivesse condições, antes pelo contrário pois houve investimento recente na melhoria das infra-estruturas, no complexo desportivo e mesmo a zona que poderia precisar de algum embelezamento ficava-se pelas pinturas e alguns arranjos pontuais, não estando em causa nenhuma infra-estrutura de fundo que pusesse obstáculos ao seu funcionamento. -----

----- Para que se percebesse melhor esta questão, recordou uma questão de uma outra escola. É que o cancelamento que foi efectuado na Escola Secundária D. João de Castro não foi apenas nessa escola mas também na Escola Básica 2+3 Paula Vicente, onde, por estranho que pudesse parecer, os pais e encarregados de educação foram numa reunião informados que os seus filhos seriam, obrigatoriamente, por indicação da DREL, inscritos em duas turmas da Escola Secundária do Restelo que os admitiria em função das boas notas obtidas e de outros critérios que não foram na altura assumidos, e que as restantes quatro turmas seriam encaminhadas, obrigatoriamente, para a Escola Secundária Marquês de Pombal para frequentar os cursos aí constituídos. Mas era de espantar porque a Escola Secundária Marquês de Pombal não tinha o 7º ano, passava a tê-lo agora, sendo entretanto retirado doutro lado. -----

----- Porque é que seria? Bom, era capaz de ter sido coincidência, mas tinham conhecimento que existia um protocolo com a Associação Industrial para direccionar os alunos do 7º ano para cursos tecnológicos, e actualmente estavam a vigorar cursos de carpintaria, construção civil e informática. E este fecho de duas escolas para concentrar numa, só podia ter uma leitura directa – salvo alguma outra que lhes

quissem esclarecer mas que até agora nem a eles nem à Escola Secundária D. João de Castro foi esclarecido – que era garantir que o protocolo celebrado com a Associação Industrial fosse viabilizado. Mas isso sem atender aos interesses dos pais, que em ambas as escolas já se manifestaram contra, que obrigava a deslocações maiores, em escolas com condições e com estruturas. -----

----- Disse que ainda fez a sua escolaridade, como a maioria dos presentes, antes do 25 de Abril, e era curioso que mesmo nessa altura teve a liberdade de escolher a escola para onde ia. Agora, porém, 30 anos depois do 25 de Abril não era dada liberdade aos pais de escolher o percurso educativo para os seus filhos! Então os direitos fundamentais que consagraram na Revolução de Abril? Onde estavam? -----

----- Portanto, o que estava agora em causa era uma política de transparência! E, se calhar, também não era despendendo pensarem e observarem onde estava localizada a Escola Secundária D. João de Castro! Numa das colinas da cidade, com uma vista apetecível sobre o Tejo e rodeada por empreendimentos turísticos como o Carlton. ----

----- Terminou dizendo que seria importante que tivessem em atenção esses pormenores, e que a Câmara Municipal de Lisboa, não sendo responsável pelo ordenamento escolar, tivesse a preocupação de tornar estas decisões transparentes, de se preocupar com a política educacional na cidade e com a possibilidade dos cidadãos de Lisboa terem acesso ao ensino nas condições que pretendiam. No ano passado a Câmara não deu qualquer resposta, era importante que desta vez ela tomasse uma posição. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, referindo-se à Moção n.º 1, relativa às construções em Alcântara, disse que a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara lhe causava algum espanto, nomeadamente quando vinha acusar a Câmara de parecer andar por aí a fazer construções sem qualquer enquadramento legal, quando efectivamente não era assim porque as operações que estavam a ser feitas nesses terrenos em Alcântara estavam a ser feitas ao abrigo da legislação em vigor, já que a Assembleia Municipal aprovou alterações em regime simplificado ao PDM, que já foram, aliás, publicadas em Diário da República e que eram muito explícitas ao dizer que era permitido o licenciamento de loteamentos e novas construções em áreas classificadas no PDM como de reconversão urbanística, sem serem precedidos de planos de urbanização ou de pormenor, desde que fossem considerados de interesse urbanístico, social ou económico e desde que não fosse posta em causa a reestruturação urbanística da área.

----- O enquadramento legal estava perfeitamente claro, portanto não se deviam ali fazer insinuações de construções meias esquisitas sem qualquer fundamento legal, porque isso não era prática no anterior mandato. -----

----- Percebia que alguns Deputados Municipais estivessem escaldados por práticas nessa matéria no anterior mandato, mas o actual mandato, felizmente, não era caracterizado por essas situações. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, em protesto contra a intervenção do orador anterior, disse que aquilo

que acabou de ser dito não era verdade, porquanto o tribunal impedira o chamado regime simplificado. Por isso se estava a ver para o que era o regime simplificado! ----
----- Mas o que era curioso é que quem comprou o jornal Público, de sábado, viu que o caderno que o jornal tem, “O Fugas”, estava cheio de coisas em Lisboa. Por exemplo, tinha: “Cenários do futuro” e depois vinham o Parque Mayer, a Nova Alcântara, o Alcântara-Mar, a Boavista, Campolide Parque, Jardins de Braço de Prata, o investimento, quem era que fazia e como era, etc. Mas, curiosamente, nenhuma freguesia sabia disso e era contra isso que protestava. Ou seja, protestava contra a forma casuística e a forma continuada de desrespeito pela Assembleia Municipal porque aquilo que se estava a fazer neste momento era uma coisa ilegal, já que a Câmara não podia avançar com alguns dos empreendimentos porque não estava autorizada pela Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, em contraprotesto, disse que as alterações em regime simplificado estavam em vigor. Apesar do PCP entender que elas eram ilegais e ter posto a questão em tribunal, isso não tinha efeitos suspensivos. Elas estavam publicadas em Diário da República, portanto tinham força de lei. Podiam não concordar mas era a lei, e esta Câmara cumpria a lei. -----

----- E sobre a notificação das empresas que andavam a trabalhar nesses terrenos, disse que, curiosamente, não se lembrava no anterior mandato de ver ali propostas para notificar as empresas que estavam a construir o Corte Inglês, que foi começado a construir sem licença, ou quando construíram as Twin Tawers, em Sete Rios, que também violavam o PDM e, portanto, logicamente não podiam ter licença. -----

----- Era estranho o comportamento que tinham hoje e o que tiveram no passado! -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que o PEV era também subscritor da Moção n.º 5, que visava defender o encerramento da Escola Secundária D. João de Castro. Isto por tudo aquilo que aquela escola representava e que já foi ali referido pela Deputada Municipal Ana Páscoa e pelo Deputado Municipal José Rodrigues, e também no período de intervenção do público pela representante da comunidade educativa da escola, D. Ana Carla Gonçalves. -----

----- Sobre as outras moções, disse que o PEV as iria votar todas a favor, com excepção da n.º 9, referente ao Rock in Rio porque tinham dúvidas sobre o sucesso da operação, tanto mais que o sucesso de operações dessa natureza também dependia daquilo que ficava no terreno depois das portas encerrarem, à semelhança do que sucedera com a EXPO’98, onde o sucesso também foi aferido por aquilo que ficou para os lisboetas depois de se encerrarem as portas, e ficou muito, ficou uma vasta zona da cidade requalificada para usufruto de todos os lisboetas. -----

----- Mesmo acreditando que era intenção da Câmara manter toda a estrutura verde por forma a que os lisboetas pudessem continuar e desfrutar do parque, não podiam desde já, e com esta distância, congratularem-se com o compromisso já assumido de repetir o evento em 2006. Até porque mesmo em relação ao Rock in Rio de 2004 não partilharam de alguns aspectos no que dizia respeito aos compromissos do Município, nomeadamente quanto à isenção do pagamento de taxas, e foi por isso que votaram

contra a proposta 266/2004 aprovada na Assembleia Municipal no dia 11 de Maio, que visava exactamente essa isenção. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por lamentar a decisão que teve o CDS-PP de usar os termos regimentais e legais para se opor à entrada de duas moções que o BE apresentara já durante a tarde, de acordo com a informação dada na Conferência de Representantes. Sobretudo em relação a uma delas era coisa que não entendiam. -----

----- Passou-se um acontecimento grave na Cidade de Lisboa, como tem acontecido alguns. Grave, porque um comandante da Polícia Municipal, figura que estava obrigada a cumprir a lei e a Constituição do País, enviara para a EGEAC um ofício onde, entre várias ilegalidades, dizia que não achava conveniente as festas populares numa zona de Lisboa, porque, citou: “os eventuais frequentadores desta mesma zona são actualmente, na sua grande maioria, de tez negra”. E, como se houvesse dúvidas, continuava dizendo o seguinte: “tais indivíduos trazem consigo e põem em prática os seus usos e costumes de origem, o que julgo terá trazido ainda mais promiscuidade àquela zona da cidade”. -----

----- Disse que não conhecia o “Diácono Remédios” para falar de quais eram os “usos da promiscuidade”, mas gostaria de saber quais eram os “usos da promiscuidade” que esse ex-comandante da Polícia Municipal fez. -----

----- E a Moção do BE ia no sentido de saudar a decisão do Sr. Presidente da Câmara de pedir a imediata demissão do Sr. comandante da Polícia Municipal, e porque lamentavelmente isso apenas aconteceu dez dias após essa carta ter sido recebida pelo Conselho de Administração da EGEAC. E queriam também saber na Moção que posição tinha tido o Conselho de Administração da EGEAC sobre essa carta, pois não conheciam nenhuma posição desse Conselho de Administração de uma empresa municipal sobre um documento oficial, anticonstitucional do ponto de vista dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Não conheciam essa posição, mas todos ali com certeza estavam de acordo que Lisboa deveria ser uma cidade de convivência, de conviviabilidade, de juntar as várias nacionalidades e as várias culturas. Lisboa sempre foi uma cidade assim e assim haveria de continuar. -----

----- Lamentavam também que o PSD não entendesse o que aconteceu no fim-de-semana passado, e que alguém tivesse medo que se discutisse ali uma Moção depois do Presidente da Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes, ter exigido, reclamado, e muito bem, a demissão imediata do comandante da Polícia Municipal de Lisboa. Mas cada um escolhia os seus amigos e, portanto, o PSD escolhera quem se opunha a que ali condenassem o racismo e a xenofobia em Portugal. -----

----- Seguidamente, disse que, antes de falar das demais moções, desejava ainda referir, com humildade e com calma, que as eleições do domingo passado tiraram algumas conclusões, a primeira das quais era que nunca tinham visto a direita em Portugal, em todo o seu conjunto, ter menos de um terço da votação já que nem sequer chegou aos 33,3%. Tiveram 33,26% dos eleitores que votaram. -----

----- Em segundo lugar, porque dois terços dos portugueses disseram que estavam fartos do actual Governo e da actual situação. -----

----- Em terceiro lugar, também com humildade e muita serenidade, desejava congratular-se com os votos que o BE teve, agradecer aos cidadãos de Lisboa a forma cívica como votaram e a confiança que deram a uma força política jovem para que na Cidade de Lisboa passasse de pouco mais de 3% para 8,45% e passasse a terceira força política da cidade em 22 das suas freguesias. A única coisa que podiam dizer aos cidadãos de Lisboa era que continuariam a ser os mesmos: serenos, sérios, tratando os problemas concretos e reais dos lisboetas, procurando resolvê-los independentemente de muitas diferenças que pudesse haver. Estavam ali para essa luta! -----

----- E também tiraram outra conclusão: já outras coligações foram derrotadas, até na Cidade de Lisboa, e as eleições para o Parlamento Europeu provaram que também a coligação de direita no Governo pode, deve e será derrotada em próximas eleições legislativas. -----

----- Por fim, disse que desejava falar sobre a Escola Secundária D. João de Castro, não só para apoiar a Moção que subscreveram e tudo o que já ali foi dito, mas também para acrescentar um dado novo, que para o BE era muito preocupante. É que estava presente na Sala o Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária D. João de Castro que informara que não foi ele a intervir no ponto de Antes da Ordem do Dia pela razão, que passava a referir para se perceber se estavam ou não num País livre e democrático, ou se agora até as Direcções Regionais de Educação podiam passar a coarctar as liberdades dos cidadãos. É que ao Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária D. João de Castro foi comunicado pela Directora Regional de Educação que estava proibido de prestar quaisquer declarações, como se pudesse coarctar as liberdades aos cidadãos, e só permitindo que na escola se trata-se de orientações de administração educativa. -----

----- Queriam protestar não só pela ameaça à escola, mas também pela ameaça concreta e objectiva a um cidadão de ser proibido pela Directora Regional de fazer declarações públicas. Isso era intolerável no Portugal do 25 de Abril. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a matéria da EGEAC, que de facto os sensibilizava a todos em relação à posição do ex-comandante da Polícia Municipal, podia ser transformada em requerimento, que seria enviado à EGEAC e à Câmara Municipal, se assim fosse entendido. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, disse que a Moção n.º 3 tinha a ver com a votação em Sessão de Câmara de duas propostas, a 325/2004 e 391/2004, que era uma adenda à anterior, onde se pretendia alterar os estatutos da AMERLIS. -----

----- Ora, essa matéria, como todos sabiam, de acordo com a alínea m) do n.º 2 do artigo 53º da Lei 169/99, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, era da exclusiva competência da Assembleia Municipal, não lhes parecendo, por isso, que havendo a intenção da Câmara de alterar profundamente os estatutos, em todos os sentidos, eles não tivessem que vir novamente à Assembleia. -----

----- É que, como todos sabiam, a constituição da AMERLIS foi aprovada pela Assembleia Municipal e se a sua constituição foi aprovada pela Assembleia era óbvio que quando se pretendia alterar a sua estrutura, e até a própria designação,

naturalmente essa proposta teria que ser presente pela Câmara à Assembleia Municipal. -----

----- Era nessa base que, em nome do Grupo Municipal do PCP, apresentava a referida Moção para recomendar à Câmara que se era sua intenção introduzir essas alterações previamente trouxesse essa proposta à Assembleia Municipal para que ela se pronunciasse, porque, a não ser assim, ela não teria a eficácia jurídica que lhe era apregoada e poderia ser contestada em termos futuros. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que estavam hoje confrontados com uma situação inédita, em que as regras do jogo não foram cumpridas, em que os acordos não foram respeitados e tinha muita pena de o dizer mas entendia que o Sr. Presidente era o primeiro responsável. -----

----- Como era sabido, dadas as circunstâncias que o País viveu com a morte do Prof. Sousa Franco, com a morte do Deputado Lino de Carvalho e até com a proximidade das eleições europeias, combinaram uma metodologia para esta reunião da Assembleia Municipal, que o Sr. Presidente da Assembleia concordou e apadrinhou também, mas hoje, depois do meio-dia, veio dizer-lhes que essa já não era a metodologia, inviabilizando, assim, os partidos de apresentarem moções, a não ser o seu próprio partido. O Sr. Presidente também era membro do PCP e sabia isso muito bem. -----

----- E criou com isso uma situação em que pela primeira vez havia censores na Assembleia Municipal, porque as moções entregues fora de prazo só seriam aceites se todos os partidos estivessem de acordo. O PS tinha uma Moção que o PSD e o CDS-PP não concordaram. Portanto, o Sr. Presidente da Assembleia até deu oportunidade a que se revelassem os censores da própria Assembleia Municipal. -----

----- Mas aos censores diria que o PS ia apresentar essa Moção na próxima Sessão da Assembleia Municipal, nem que fosse daqui a três semanas, e ela provavelmente seria aprovada e se não fosse seria das regras do jogo, mas era desnecessário terem feito este voto de censura porque isso só fazia perceber melhor ainda porque perderam, porque foram castigados nestas eleições de uma forma tão dura. -----

----- Mas, para além disso, também desejava dizer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que ele não tinha agido bem, e ele próprio, como o apoiara para Presidente da Assembleia Municipal, também estava agora à vontade para lhe dizer que não agiu bem e que a sua palavra não valeu nesta matéria. -----

----- Contudo, porque a Moção foi censurada, ia lê-la gastando o seu tempo nisso. -----

----- Leu então a referida Moção, que tinha o seguinte teor: -----

----- **MOÇÃO** -----

----- “Os resultados eleitorais das Eleições Europeias do passado domingo, dia 13 de Junho, vieram confirmar o sentimento de profunda insatisfação do povo português em relação ao modo como o Governo tem vindo a exercer o seu mandato. Esta insatisfação, tão intensamente manifestada nas urnas, – com níveis de abstenção semelhantes ao das últimas eleições europeias – manifestam também um profundo desejo de mudança de políticas e de pessoas. -----

----- Também em Lisboa os resultados eleitorais confirmaram o sentimento nacional de frustração, desejo de mudança e confiança na alternativa democrática. O Partido Socialista, sozinho obteve 41,21% dos votos, mais do que os dois partidos da direita unidos, e se somarmos os votos de toda a esquerda na cidade de Lisboa constatamos que esta atinge 59,24%, isto é, uma claríssima maioria de rejeição desta política. -----

----- Nunca o Dr. Santana Lopes assumiu para Lisboa e para os seus habitantes o protagonismo desejável de defensor do povo da cidade contra as políticas anti-sociais assumidas pelo Governo. Nunca o Dr. Santana Lopes alguma vez protagonizou um combate da cidade contra o Poder Central, como o deveria ter feito, por exemplo, quando da absurda introdução de portagens na CREL, ou em defesa do desenvolvimento do projecto para uma terceira travessia do Tejo. Antes pelo contrário: -----

----- - O Sr. Presidente da Câmara, Dr. Santana Lopes privilegiou o seu papel de Vice-Presidente do PSD – na mira de obter urna nomeação (cada vez mais distante) de candidatura Presidencial – em detrimento dos seus deveres enquanto Presidente da Câmara. Ele é o primeiro responsável por:-----

----- a) - Lisboa ter mais desempregados; -----

----- b) - Terem aumentado as listas de espera nos hospitais da cidade; -----

----- c) - Pelo aumento da insegurança; -----

----- d) - Pela diminuição e cancelamento de algumas políticas sociais, sendo caso paradigmático o fim do rendimento mínimo social; -----

----- e) - Pela implementação do novo código laboral, autêntico hino, das políticas neo-liberais, impostas pelo parceiro mais à direita desta coligação; -----

----- f) - pelo aumento zero na função pública; -----

----- g) - pelo envolvimento de Portugal na guerra do Iraque, expondo assim Lisboa a palco de atentados terroristas. -----

----- A lista poderia ser mais extensa, mas a nenhuma destas medidas o Sr. Presidente da Câmara de Lisboa se opôs, em nome do povo de Lisboa, como até as defendeu, com zelo e convicção, percorrendo o País inteiro em sua defesa. -----

----- Perante os factos e considerandos apontados, a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em 15 de Junho de 2004 delibera: -----

----- 1º - Solicitar ao Sr. Presidente da Câmara de Lisboa que separe, de vez, os seus interesses partidários das funções que exerce e assuma a defesa da Cidade de Lisboa e das suas gentes; -----

----- 2º - Solicitar ao Sr. Primeiro-Ministro a alteração das políticas anti-sociais que vem desenvolvendo e reveja com urgência a injusta situação em que colocou os funcionários públicos, sem aumentos há mais de dois anos, e reintroduza o rendimento mínimo garantido; -----

----- 3º - Solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que exerça toda a sua influência junto do Sr. Primeiro-Ministro para que o novo Código Laboral seja imediatamente suspenso; -----

----- 4º Exigir do Governo que retire os soldados da GNR do Iraque; -----

----- 5º Publicar esta Moção em dois jornais diários da cidade de Lisboa.” -----

----- Finda a leitura, acrescentou que esta foi a Moção que a maioria rejeitou através de um acto de censura, não através de uma votação, e era esta a Moção que iriam voltar a apresentar em próxima Sessão da Assembleia Municipal que tivesse período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que tinha que dar uma explicação quanto à questão colocada pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, e queria que ela ficasse clarificada, tal como havia ficado clarificada na Conferência de Representantes. -----

----- Disse, então, que tinha sido abordado pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Dias Baptista, na Basílica da Estrela, na quinta-feira à tarde, no sentido de passar o período de Antes da Ordem do Dia de hoje para o próximo dia 22, e o argumento utilizado foi o falecimento do Prof. Sousa Franco e do Deputado Lino de Carvalho. Ficou sensibilizado em relação a essa matéria obviamente, mas respondeu-lhes que era questão para voltarem a analisar na próxima segunda-feira. -----

----- Isto porque tinha que estudar a situação e tinha que fazer contactos, e foi isso que, efectivamente, ontem, segunda-feira, se passou. -----

----- E ontem recebeu dois telefonemas durante a manhã: um do Deputado Municipal Dias Baptista, mais sobre o voto de pesar. Bom, não sabia que concepção tinham do papel do Presidente da Assembleia, mas o Presidente da Assembleia obviamente não tinha poder, nem queria ter, para decidir matérias dessas sem ir à Conferência de Representantes. Tinha experiência mais que suficiente para concluir isso. -----

----- Por isso mesmo, por exemplo ao Deputado Municipal Carlos Marques, que não tinha apresentado as moções que estaria a preparar até às 11 horas da manhã, abri-lhe a excepção de as poder apresentar até às 16 horas para ainda poderem ser enviadas aos representantes dos Grupos Municipais para serem ainda integradas nesta reunião, seguindo o preceituado regimental. -----

----- Portanto apontou sempre a solução, e a solução teria que ser tomada, obviamente, a nível da Conferência de Representantes, não podia ser de outra maneira! Tinha esse entendimento, não havia outro, era o que estava no Regimento. Aliás, os Deputados Municipais conheciam bem o Regimento e sabiam que não havia cobertura nenhuma para uma alteração desse peso em termos de transferência do período de Antes da Ordem do Dia para a Ordem de Trabalhos. Isso, regimentalmente, era impossível! -----

----- Provara isso hoje em Conferência de Representantes, inclusive chamara a atenção que as moções que foram apresentadas ontem até às 11 horas teriam que ser votadas hoje, porque para passarem para o dia 22 teria que haver unanimidade na Assembleia. -----

----- E claro que não havia, ele próprio teve ontem, às 18 horas, uma reunião no seu partido com o Grupo Municipal do PCP da Assembleia Municipal, e o Grupo Municipal do PCP opunha-se a que fosse transferido o período de Antes da Ordem do Dia desta para a próxima reunião, e essa reunião partidária acabou às 21 horas. -----

----- Hoje, logo de manhã, começara a organizar-se, a ler o Regimento e a tomar notas, no início da manhã contactara os dois Secretários da Mesa no sentido de fazer uma proposta que fosse consensual para ultrapassar a situação, que seria hoje discutirem apenas as moções e os votos de pesar e se passasse adiante sem a discussão das questões políticas, passando essas, através de uma proposta que faria na

Conferência de Representantes de hoje, para a inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos que seria: “discussão da política actual”, com o tempo de duração do PAOD, uma hora. -----

----- Consensualizou essa proposta com os dois Secretários da Mesa, e logo de manhã começou-se a consulta aos líderes. Não sabia a que horas o PS tinha sido consultado, mas durante a manhã, o seu adjunto, Sr. Pina Gonçalves, fez contactos com todas as forças políticas colocando essas questões, dando a panorâmica da oposição do PCP e do PEV relativamente à passagem do PAOD para o dia 22, e fazendo essa proposta alternativa que já referira, que tendo em conta a sensibilidade que todos tinham em relação aos dois falecimentos pensava que valeria a pena equacionar. Foi esse também o seu entendimento. -----

----- Em relação a essa proposta não houve acordo do PSD, do PCP e também, segundo julgava, de outras forças políticas. Portanto, não havia condições. Isso foi discutido exaustivamente na Conferência de Representantes, hoje, e o que se decidiu foi que o PAOD funcionaria como habitualmente. -----

----- Em relação às moções, disse que toda a gente sabia que estava no Regimento que as que fossem apresentadas até às 11 horas do dia anterior iriam à Assembleia para discussão e votação, e as que entrassem depois dessa hora teriam que ir à Conferência de Representantes, como sempre foram, para se decidir da sua admissão ou não. E havendo a oposição de uma única força política essas moções já não seriam distribuídas para discussão e votação. -----

----- Se calhar no meio disso tudo houve alguns mal-entendidos mas eram todos adultos e conheciam o Regimento de há muitos anos, como conheciam o Poder Local e as leis, e, portanto, sabiam que o Presidente de uma Assembleia não decidia sozinho. Aliás, até para propor a integração de um ponto extraordinário na Ordem de Trabalhos consultara a Mesa e obteve o acordo, porque se não o obtivesse não iria apresentar a proposta. Portanto o processo foi extremamente límpido da sua parte. Não facultava censuras, se havia ali alguém que na vida foi censurado, mesmo antes do 25 de Abril, foi ele próprio, e, para além de censurado até preso. Portanto, sabia o que era o peso da censura, sabia o que era o peso da proibição de dois livros seus antes do 25 de Abril e tudo isso. -----

----- Portanto, que não viessem com esses argumentos! Lamentava, sinceramente, a intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, porque no plano da amizade e da colaboração intensa que têm tido era necessário preservar alguma dignidade e alguma elevação na Assembleia, mas esperava que este problema fosse ultrapassado com alguma facilidade. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra para defesa da honra e consideração da bancada, disse que não podia aceitar que o líder da bancada do PS viesse dizer que qualquer das bancadas da Assembleia Municipal, designadamente a sua, praticava a censura. Era uma acusação inaceitável, que era reveladora, curiosamente, de um mau perder de quem, no fundo, até tinha ganho eleições. Tiveram ali um exercício de mau perder, o líder da bancada do PS vinha fazer acusações de censura, quando a única coisa que se fez foi cumprir o Regimento

da Assembleia, que estava em vigor há mais de dois anos e o PS tinha obrigação de o conhecer, e a intervenção do líder da bancada do PS foi perfeitamente lamentável e era perfeitamente evitável assistirem a esta situação. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra para um protesto, disse que relativamente à intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho havia dois aspectos que gostava de salientar: primeiro, que lhe dava a ideia que ele se tinha enganado na Assembleia onde estava, não era a Assembleia da República mas sim a Assembleia Municipal de Lisboa, mas tinha o direito de dizer aquilo que entendesse e não era ele que o ia censurar; segundo, o ar de dono da Assembleia que tomou quando disse que tinha falado com o Presidente e que o assunto tinha ficado resolvido, pois, de facto, a Assembleia não era uma coutada do PS por maiores que fossem as suas vitórias. O PS teria que obedecer às normativas da Assembleia, àquilo que estava em vigor, a toda a legislação e tudo isso. -----

----- Mas chamava-lhe a atenção que não foi por si que a intenção do PS não foi avante. -----

----- **O Deputado Municipal Francisco Oliveira (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que fazia suas as palavras do orador anterior porquanto vinha perguntar exactamente a mesma coisa: seria que o Deputado Municipal Miguel Coelho sabia em que Assembleia estava? Esta era a Assembleia Municipal de Lisboa, onde, supostamente, se discutiam assuntos da Cidade de Lisboa.

----- E também quanto à questão das moções se encontrava um bocado baralhado. -----

----- **O Deputado Municipal Pessanha da Silva (PSD)**, no uso da palavra para um protesto, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho, com a sua intervenção, devia estar a confundir a Assembleia Municipal de Lisboa com alguma comissão de censura de há muitos anos atrás. De facto, o Deputado Municipal Miguel Coelho tinha-os habituado, nas suas intervenções, a afirmações como que com esta Câmara Municipal, com esta maioria que governava a Cidade de Lisboa era só trapalhadas, eram os erros políticos, era isto, aquilo e aqueloutro. Mas hoje não só desviara a atenção em relação a esses mesmo epíptos que dizia sobre a Câmara Municipal de Lisboa como vinha acusar alguns partidos de censura, quando, de facto, ali não se praticou censura nenhuma, apenas se cumprira o Regimento como o Deputado Municipal Miguel Coelho muito bem sabia. -----

----- Por outro lado, sendo o Partido Socialista a pedir que o PAOD fosse adiado, isso mais fazia com que a intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho tivesse sido de facto muito infeliz, porque deveria ser ele o primeiro a honrar a memória daqueles que partiram. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o PCP não se opôs a nada, pois a posição que tomaram foi única e simplesmente que fossem cumpridas as regras que demandavam uma Assembleia Municipal, que era haver período de Antes da Ordem do Dia. Foi essa questão que defenderam e estavam a defender. -----

----- Em relação à matéria que depois se colocou o PCP foi consultado e não se opuseram. Disseram que estavam de acordo, o resto não lhes pertencia mas sim a quem utilizara outro esquema. -----

----- O PCP a questão que defendia era o cumprimento integral das regras de funcionamento da Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para dar explicações, contraprotestar e responder aos pedidos de esclarecimento, disse que as suas primeiras palavras eram para o Sr. Presidente. De facto, em circunstâncias excepcionais podiam-se aceitar procedimentos excepcionais se houvesse unanimidade, e o Sr. Presidente sabia muito bem que talvez vergados pelo peso da dor, dadas as circunstâncias até excepcionais em que desaparecera o Prof. Sousa Franco e em que morreu o Deputado Lino de Carvalho, numa conversa que tiveram na Basílica da Estrela manifestaram-lhe preocupação no sentido de que talvez não houvesse ambiente para estarem ali a discutir moções, e o Sr. Presidente concordou. ---

----- Dava-se a circunstância de estar presente o Deputado Municipal Carlos Marques, do Bloco de Esquerda, que também concordou, e o Deputado Municipal Dias Baptista, ele sim o líder da bancada do PS, que também concordara, e depois o Sr. Presidente ficou de fazer *démarches* para os informar se essa ideia ia ou não para a frente. -----

----- Por acaso o Deputado Municipal Dias Baptista tomara a iniciativa de falar com o líder da bancada do PSD, Deputado Municipal Pedro Portugal, que também concordou que assim fosse feito, mas a verdade é que a *démarche* do Sr. Presidente, a sua resposta ao PS, foi hoje ao meio-dia, isto é, já completamente fora de prazo para o PS poder apresentar qualquer tipo de Moção se por acaso não houvesse consenso para esta matéria. -----

----- Portanto, que ficassem descansados os ilustres colegas, porque não houve ali vontade nenhuma de não cumprir o Regimento, mas sim vontade para encontrar um consenso no sentido de que se pudesse alterar, interpretando o Regimento, a Ordem de Trabalhos da reunião para que ela pudesse ter um determinado seguimento. Não foi possível! Mas não tendo sido possível a verdade é que foram avisados numa altura em que estavam já manietados para poder apresentar qualquer Moção, e aquilo que achava estranho era que alguns Deputados Municipais se preocupassem muito com o termo censura. Era verdade ou não que lhe pediram a Moção para ler para ver se a deixavam passar ou não? Naturalmente que se não estivessem numa situação excepcional essa Moção tinha entrado e agora iam votá-la. Portanto, leram-na, como não concordaram disseram que não ia a votação, e isso era censura, quer se quisesse, quer não. -----

----- Era evidente que essa censura não foi para o Sr. Presidente, mas o Sr. Presidente abriu as portas para que isto pudesse estar a funcionar assim. -----

----- Naturalmente apenas se adiara a votação porque iam apresentar a Moção como era evidente, mas era desnecessário e revelava algum autismo por parte dos partidos da direita em relação àquilo que se passou até no último domingo. É que perceberam que estavam ali numa circunstância excepcional e, portanto, era preciso abrir ali e

terem um comportamento excepcional aceitando democraticamente todas as moções uma vez que as regras do jogo não foram iguais para todos. Isto fazia-lhe lembrar aquilo que nos jogos de futebol por vezes acontecia, em que o adversário se magoava, deitava-se a bola para fora de propósito e depois devolvia-se a bola a quem a tinha deitado fora. Isso fazia parte da ética, os partidos da direita não quiseram agir assim e depois ainda vinham ali falar de ética e de mau perder. Portanto, o Deputado Municipal do CDS-PP errara completamente a pontaria, e até mesmo se tinha esquecido de o felicitar porque o CDS-PP não perdera as eleições, mantinha o mesmo número de mandatos, portanto eram vencedores. Só houve um partido que perdeu mandatos, de nove passou para sete, o CDS-PP manteve e por isso também lhe queria dar os parabéns pelo brilhante resultado alcançado. -----

----- Continuando, disse que tinham que se entender. Lisboa é a Capital do País, portanto tudo o que se passava no País tinha reflexos sobre Lisboa, os assuntos nacionais também eram municipais e, por essa razão, o Sr. Presidente da Câmara quis, e muito bem, ir à Assembleia da República falar sobre o Túnel do Marquês quando se viu em apertos, há alguns dias, por causa do estudo de impacte ambiental. Depois não foi, disse que já não ia! Mas, naquela altura, era um assunto Municipal na Assembleia da República? Era bom que tivessem cuidado com aquilo que diziam, porque só enobrecia a Assembleia se pudessem falar tudo nos períodos previstos, ou seja, os assuntos que cada um, subjectivamente, achasse importantes para a Cidade de Lisboa. E o resultado das eleições europeias era importante para a Cidade de Lisboa por tudo aquilo que se passou de negativo durante estes anos, e o Sr. Presidente da Câmara, no entender do PS, perdera sempre uma grande oportunidade para se demarcar das políticas anti-sociais do Governo, das políticas que objectivamente prejudicavam os cidadãos de Lisboa e que muito naturalmente agora resolveram penalizar o Governo do PSD e do CDS-PP através deste voto. -----

----- E o Sr. Presidente da Câmara também saía penalizado quando poderia não o estar porque foi parceiro dessas políticas, foi primeiro defensor dessas políticas, percorrera até o País inteiro a defender essas políticas, e, portanto, o que era que a maioria esperava de um partido da oposição? Que entendesse que não, que não foi solidário? Aliás o Sr. Presidente da Câmara deu a cara numa conferência de imprensa, foi solidário, mas era bom que soubessem que estavam a tratar de política, estavam a tratar da vida das pessoas, e era preciso saber quem defendia o quê e em que circunstâncias. E o que tinha pena era que o Sr. Presidente da Câmara não tivesse assumido algumas vezes o protagonismo, porque o poderia ter feito e se calhar no seu íntimo até nem concordava, em defesa dos interesses da cidade contra políticas do Governo que objectivamente prejudicaram a Cidade de Lisboa e os seus habitantes. ---

----- Essa a razão de ser desta Moção. -----

----- Sobre a intervenção do Deputado Municipal Joaquim Cunha, disse que não sabia se o PCP se opôs ou não opôs a nada, o que sabia é que o Sr. Presidente era uma figura relevante do PCP, com ele falaram, ele disse-lhes que estava sensível, ficou de tratar dos assuntos, mas o certo é que o PS só foi avisado hoje ao meio-dia quando já

nada podia fazer. Isso é que lamentavam e contra tal protestavam porque não deveria ter acontecido. -----

----- Terminou dizendo que o Deputado Municipal Dias Baptista, líder da bancada, se referiria aos votos de pesar que apresentaram. -----

----- **O Senhor Presidente** referiu que quem lhe colocou questões sobre as moções foi o Deputado Municipal Carlos Marques, que estava com dificuldades, ontem de manhã, em fazer as moções e apresentá-las. Aproximava-se o meio-dia e disse-lhe que podia apresentá-las até às 16 horas, que ele as despacharia e seriam distribuídas, mas o PS não lhe apresentou qualquer questão relativamente às moções na conversa que ontem de manhã tiveram. -----

----- Disse, depois, que não se comprometeu nem se podia comprometer sozinho sobre essa matéria. Foi sensível ao argumento principal e tentou resolvê-lo até à Conferência de Representantes de hoje, e todos sabiam que estas matérias eram resolvidas na Conferência de Representantes, embora coubesse ao Presidente ir preparando condições – e foi isso que fez – para que realmente se pudesse sair de uma situação que merecia ser resolvida de forma adequada, e não foi! -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, novamente no uso da palavra, disse que na Conferência de Representantes tinha dado por encerrado este assunto, mas como já foi ali duas vezes referido que tinha telefonado a perguntar sobre as moções, sendo certo que este assunto já tinha gasto tempo de mais na Assembleia, desejava dizer que a questão era tão simples quanto isto: ao ir prestar a sua homenagem pessoal ao Prof. Sousa Franco, na Basílica da Estrela, foi chamado pelo Sr. Presidente que queria conversar consigo juntamente com os Deputados Municipais Dias Baptista e Miguel Coelho, e lhe disse que os três achavam que hoje devia ser um dia especial, que lamentava o falecimento dessas duas figuras da vida política portuguesa, e portanto para os homenagear só tratariam dos votos de pesar e o assunto passaria para a semana seguinte, perguntando então qual seria a sensibilidade do BE, ao que respondeu que por si achava bem, não havia mal nenhum. -----

----- Entretanto, como nada lhe era dito em *feed beck* e tinham no Regimento uma hora determinada para entregar as moções, que era as 11 horas da manhã, no domingo à noite ligou para o Deputado Municipal Dias Baptista a perguntar se sempre acontecia como tinham falado, que lhe respondeu que pensava que sim porque até já tinha falado com o Deputado Municipal Pedro Portugal, do PSD, que também estava de acordo. -----

----- Portanto, com alguma ingenuidade eventualmente, como tinham a sensibilidade do Sr. Presidente, que naturalmente encaravam como um quadro importante dentro do PCP, e tinham também a sensibilidade do PS, PSD e do BE pensavam que o assunto iria passar. Mas como não vinha resolução nenhuma, na segunda-feira, de manhã, telefonou ao Sr. Presidente. Só que quando lhe telefonou já era perante uma situação objectiva visto que já não tinha possibilidade de reunir o seu grupo para apresentar moções. -----

----- Agora, achava que o assunto devia ser dado por encerrado, não havia mais nada a dizer, e se havia alguma lição política a tirar era que também é regimental os

Deputados Municipais poderem deixar entrar moções depois das 11 horas do dia anterior ao da reunião, desde que haja unanimidade dos líderes das bancadas, e o facto político, esse sim que tinha sumo e miolo, é que os Deputados Municipais do PSD e do CDS-PP tinham mau perder, porque quando o BE apresentou uma moção, que ainda por cima era para saudar o Sr. Presidente da Câmara por ter reclamado a demissão imediata do comandante da Polícia Municipal perante um acto inconstitucional de um ofício que ele fez, o PSD e o CDS-PP, em revanche, disseram “não passa” quando podiam dizer “pode passar” e depois votavam contra. -----

----- Portanto, o único sumo político que esta questão tinha era um acto de revanche ao dizer “a partir de agora não passa nada”. Mas porque estavam ali para tratar dos assuntos de Lisboa, pedia que se encerrasse este assunto e se passasse aos assuntos concretos porque isso era mais importante. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que também não se ia deter sobre o episódio que tem vindo a ser referido porque já estava tudo mais ou menos esclarecido. Foi um episódio lamentável, foi um incidente do qual deveriam todos retirar ensinamentos, no que dizia respeito à sua bancada iriam retirá-los obviamente, sobretudo no que concerne à forma de proceder a acordos. Registaram, e registaram mesmo, portanto sobre esse assunto estava tudo dito. -----

----- Depois, disse que a sua intervenção teria a ver, fundamentalmente, com o voto de pesar que apresentaram relativamente ao infausto acontecimento da morte do Prof. Sousa Franco, e era realmente essa a razão pela qual tinham solicitado que este PAOD se restringisse a discutir os dois votos de pesar. -----

----- Era evidente que do ponto de vista do PS a perda do Prof. Sousa Franco era uma perda lamentável para Portugal, porque inquestionavelmente o País perdeu um professor universitário, um iminente jurista, um homem que teve durante bastante tempo uma dedicação muito importante e muito forte à causa pública, à causa pública entendida enquanto intervenção no movimento social, mas também enquanto participação na vida político/partidária. E não deviam esquecer que o Prof. Sousa Franco militou em dois partidos, aliás tendo criado a ASDI e militado também no PPD/PSD. -----

----- Mas aquilo que importaria recordar da memória do Prof. Sousa Franco era realmente a sua dedicação. A sua dedicação, a sua capacidade de entrega, a sua humildade e também a convicção com que se entregava às causas pelas quais lutava. E poderiam concluir, infelizmente, que foi a conjugação desses três factores: a sua convicção, a sua entrega e a sua humildade, essas três virtudes, que, eventualmente, teriam conduzido à sua morte. -----

----- Pensavam todos que aquele acontecimento foi dramático, terrível. Obviamente que as circunstâncias em que ocorrera a morte do Prof. Sousa Franco causara ainda mais tristeza em toda a sociedade portuguesa, porque estavam em presença de uma pessoa com 61 anos, portanto ainda com muita vida para dar ao País, com muito trabalho para fazer em termos de dedicação à causa pública, de continuar aquilo que era a sua paixão, e a sua paixão era manifestamente alterar o estado a que o País tinha chegado, dar o seu contributo para alterar esse estado de coisas. -----

----- Portanto, nesta hora dramática e triste, a bancada do PS queria registrar e manifestar a sua veemente dor por esta triste perda. Gostariam muito que a Assembleia Municipal – certamente o faria – se associasse unanimemente numa transmissão à viúva, Dra. Matilde Sousa Franco, neste sentimento que perpassava não só pela Assembleia Municipal de Lisboa mas um pouco por toda a sociedade, porque, inquestionavelmente, o Prof. Sousa Franco era uma individualidade que entrava por todas as faixas do eleitorado nacional, era um homem que não poderia nem deveria ser utilizado como uma bandeira de um partido. Não era isso, ele era muito mais do que isso, portanto o seu empenhamento e a sua dedicação, a sua forma de ser e de estar na vida, era aquilo que ele lhes deixava enquanto eminente e brilhante jurista, que acima de tudo importava recordar. -----

----- Terminou dizendo que o Prof. Sousa Franco ficaria para sempre na memória de todos como um ilustre professor que deu uma grande causa ao serviço público e ao País. -----

----- **A Deputado Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, no uso da palavra, começou por dizer que o PCP iria votar a favor da Moção n.º 1 porque já antes estavam de acordo com o prémio nela referido e agora continuavam de acordo. -----

----- De igual modo votariam a favor as moções n.ºs 6, 7 e 8, mas a n.º 9 não a votariam a favor porque estavam contra ela. Se já não estavam de acordo com essa questão do Rock in Rio por tudo o que já foi dito anteriormente, também não estavam de acordo que desde já se estivesse a assumir compromissos, para quem havia de vir em 2006, para aquele espaço. E como achavam que esse espaço era do povo, entendiam que essa questão teria que vir à Assembleia. Portanto, o PCP iria votar contra. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Queiroz (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra, disse que apenas pretendia dizer algo em relação à Moção n.º 4, da qual já falou o seu camarada, Deputado Municipal José Godinho, para referir um caso que considerava insólito. E como não conseguira obter nenhum esclarecimento da parte da Câmara sobre ele, talvez o Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, que há pouco disse que as questões até estavam a ser bem tratadas, de uma forma legal e dentro dos parâmetros, conseguisse dar-lhe um esclarecimento sobre a matéria. Claro que não falava lá na Freguesia dos Prazeres, mas tinha a ver com os Prazeres. -----

----- E a sua preocupação iniciou-se quando viu um cartaz na Av. 24 de Julho, ali junto dos edifícios da Câmara que agora estavam a ser demolidos, onde se dizia: “Você não imagina o que aí vem”. Ora, como não imaginava foi tentar saber e para isso enviou um ofício à Sra. Vereadora, talvez em Novembro, procurando saber o que é que iria acontecer nos terrenos do Pinhal, e em Abril recebeu a resposta da Sra. Vereadora dizendo-lhe que tinham entrado na Câmara, em Dezembro, dois pedidos de licenciamento para aquela zona, mas que tinham sido liminarmente arquivados. -----

----- Ficou preocupada por terem sido “liminarmente arquivados”, mas estava tudo no chão, tinha sido tudo derrubado. Realmente nunca lá viu nenhum cartaz de

licenciamento da Câmara mas estava tudo no chão com excepção de uma pequenina fachada, e então, preocupada, enviara novo ofício para a Câmara – que tinha consigo – onde dizia à Sra. Vereadora que foram “liminaramente arquivados” e foram de facto executados. Não recebeu resposta a essa sua preocupação, mas recebeu um edital, com um pedido de afixação no local, assinado pelo Sr. Jorge Bugarim, a dizer que ia ter que fazer obras coercivas e que vai ter que demolir. -----

----- E então perguntou se fazia sentido afixar um edital a dizer que ia demolir uma coisa que já estava demolida! -----

----- Recordou que há já algum tempo fez uma intervenção na Assembleia levantando algumas questões da sua freguesia, à qual o Sr. Presidente da Câmara respondeu: “Tenha calma Sra. Presidente, eu estou a arrumar a casa”. Pelos vistos a casa estava muito mal arrumada! -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, referiu-se à Moção n.º 3, apresentada pelo PCP, que dizia respeito às alterações aos Estatutos da AMERLIS, dizendo que a razão que o levava a intervir sobre esta matéria era que da própria da Moção se inferia a sua injustificação. -----

----- Mas passava a citar. Constava do n.º 2 do artigo 53º da Lei 199/99, com a redacção que lhe foi dada em 2002, o seguinte: “É competência da Assembleia Municipal autorizar o Município, nos termos da lei, a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou cooperativas, que prossigam fins de reconhecido interesse público local e se contenham dentro das atribuições cometidas aos Municípios, em quaisquer dos casos fixando as condições gerais dessa participação.” -----

----- Era isso que a lei dizia, e isso já a Assembleia Municipal cumpriu. Ou seja, quando veio à Assembleia a questão referente à constituição e participação da Câmara na AMERLIS, foi desde logo estabelecida a participação e as condições gerais dessa participação. -----

----- Mais: o que era que estava em causa nas alterações aprovadas no dia 26 de Maio findo? Questões de somenos importância que no entender do PSD não se enquadravam na alteração das condições gerais dessa participação já aprovadas pela Assembleia. -----

----- Uma das questões que se colocava era a alteração da denominação social da AMERLIS. Então não era verdade que a Assembleia Municipal nunca foi chamada a aprovar essa denominação? É que, de facto, a aprovação que foi feita na Assembleia foi a de uma associação denominada ANERLIS, que por acaso não foi aceite pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas e que por mero despacho, de 13 de Abril de 1998, do então Vereador Rui Godinho foi alterada de ANERLIS para AMERLIS. Então, se essa denominação não veio à Assembleia porque era que agora teria que vir?

----- Então não era verdade que sobre essa matéria também na Sessão de Câmara do passado dia 26 de Maio, a Sra. Vereadora Rita Magrinho, referindo-se à proposta em causa, disse: “não vêm configurar praticamente novidade nenhuma!” Então essa afirmação feita pela Sra. Vereadora na Câmara Municipal não era verdadeira? Não era verdade que afirmou que não vinha configurar praticamente novidade nenhuma?

Então, se não tinha novidade nenhuma também não se percebia porque era que tinha que vir à Assembleia. -----

----- Por outro lado, quanto ao objecto das alterações sugeridas elas traduziam-se *tout-court* numa maior abrangência do objecto que já estava definido nos Estatutos. E não era verdade que nos Estatutos, que foram aprovados pela Assembleia Municipal no momento próprio, ficou dito quais eram as condições gerais dessa participação, nomeadamente que a alteração dos Estatutos da empresa era feita na sua Assembleia Geral, e que nessa Assembleia Geral tinha assento a Câmara Municipal e que a Câmara Municipal deliberou já sobre essa matéria? -----

----- Rematou dizendo que pela redacção da Moção apresentada pelo PCP não viam qualquer fundamento para que ela viesse hoje à Assembleia Municipal para ser votada. -----

----- **A Senhora Vereadora Rita Magrinho**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que foi acabado de referir pelo orador anterior que ela própria, na Sessão de Câmara do passado dia 26, tinha feito algumas intervenções sobre a proposta de alteração dos Estatutos da AMERLIS, pelo que, como defesa da honra, desejava referir que não disse apenas aquilo que foi citado. Disse muito mais que isso a propósito dessa questão, e por isso dizia ao orador anterior que não podia utilizar abusivamente as suas palavras. -----

----- Referiu que tinha dito: “no que respeita a todas as alterações que têm que ver com vários artigos, eu, de facto, acho que não há alteração substancial, excepto – sublinhou duas vezes – no que respeita à abertura de outras empresas do capital da AMERLIS”. Essa era uma intervenção substancial de fundo que configurava uma outra situação. -----

----- E, a propósito disso, já que o orador anterior utilizara uma parte e não utilizara o todo, desejava também referir que indicara que essa situação configurava uma outra situação para essa associação de energia, e, portanto, perguntou, e não teve resposta, qual era, afinal de contas, a entidade de que estavam a tratar a partir de agora, porque a abertura ao capital social de outras empresas não estava previsto nos Estatutos da AMERLIS. -----

----- Era efectivamente uma alteração de fundo, não era uma questão de pormenor, e o orador anterior, ao esquecer-se dessa pequena nota, deturpara, totalmente, o sentido da sua intervenção na Câmara Municipal, e, por isso, teve que fazer esta intervenção agora. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, no uso da palavra para dar explicações, disse que registava a nota deixada pela Sra. Vereadora, mas percebia a dificuldade por que não fez menção nomeadamente quanto à alteração da denominação social, que como também tinha dito foi alterada por mero despacho do Sr. Vereador Rui Godinho. -----

----- Quanto à outra matéria disse que estava previsto nos Estatutos da AMERLIS que a sua alteração era competência da Assembleia Geral da associação, e na medida em que era competência da sua Assembleia Geral essas condições ficaram desde logo definidas quando a Assembleia Municipal assim deliberou. -----

----- Pediu que a Sra. Vereadora Rita Magrinho lhe dissesse se a Câmara ou a Assembleia Municipal de Lisboa determinaram algum dia a proibição de que a AMERLIS pudesse produzir alterações aos seus Estatutos em sede própria. Houve alguma limitação feita pela Assembleia Municipal? Se a Sra. Vereadora soubesse agradecia que lhe prestasse esse esclarecimento, pois pessoalmente não tinha conhecimento que houvesse por parte da Assembleia qualquer deliberação que impedisse aquilo que neste momento estava a ser feito, nomeadamente a alteração dos Estatutos. -----

----- Já agora, se do ponto de vista jurídico o pudesse ajudar agradecia muito, porque, de facto, não via qualquer fundamento legal para que a Assembleia tivesse que se pronunciar, e bem assim quisesse deturpar aquilo que em momento próprio foi ali deliberado. Os Estatutos foram aprovados e estava lá prevista a situação em que podiam ser alterados, isto é em sede de Assembleia Geral, obviamente com os representantes que lá tinha da Câmara Municipal e deliberando a Câmara em sede própria. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Vieira (PCP)**, no uso da palavra, disse que a razão da sua intervenção era relembrar a perca que constituía o falecimento de Lino de Carvalho, militante do PCP e distinto Deputado na Assembleia da República. -----

----- Falar de Lino de Carvalho era falar de um homem que nasceu em 1946, que foi um empenhado e destacado militante do PCP, mas que foi simultaneamente também um empenhado e destacado activista na luta estudantil e na oposição democrática nos últimos anos do fascismo, um incansável lutador pela liberdade, pela democracia, um fundador e um construtor do regime democrático. -----

----- Por outro lado, Lino de Carvalho foi também um destacado interventor no processo da Reforma Agrária. Deputado da Assembleia da República, eleito desde 1987, membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Lino de Carvalho era actualmente Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PCP e Vice-Presidente da Assembleia da República. Mas era simultaneamente também, e reconhecido por todos, um lutador convicto pelas causas que abraçou do combate à exploração, às desigualdades, como também lhe era reconhecida a coerência, aplicação e rigor que imprimia no seu trabalho de intervenção política. -----

----- Em memória desse homem, frontal e sincero no combate político, defensor dos interesses dos trabalhadores e do seu País, e sendo esses os interesses que o nortearam em toda a sua vida e actividade, pretendiam que fosse ali lembrado aprovando o voto de pesar que apresentaram. -----

----- Nesse sentido, sugeriam à Assembleia Municipal que se associasse ao profundo pesar nacional que constituía a perda desse militante comunista e a perca também de um importante homem público que tanto contribuía para a democracia, para a justiça social e para o progresso do País. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que uma das questões que o levava a intervir era tão só salientar o facto de no passado dia 12 de Junho diversos participantes das

Marchas Populares de Lisboa terem desfilado na Av. da Liberdade e com isso terem dignificado a cidade nas suas tradições nessa área. -----

----- Por outro lado, não podia deixar de salientar também o facto da sua freguesia, pelo segundo ano consecutivo, ter actuado nas Marchas Populares que já existiam em Lisboa há 70 anos, e pelo esforço que vinham efectuando para levar a bom termo o que se propuseram atingir, isto é, difundir também as tradições do Lumiar, na Avenida. -----

----- Felicitou depois a Marcha de Alfama e todos os seus participantes por este ano ter sido a vencedora e por regressar, afinal, ao lugar que muitas vezes ocupou como vencedora das Marchas. -----

----- Seguidamente, disse que uma outra questão que queria levantar tinha a ver com o estudo de impacte ambiental do eixo Norte/Sul, que estava em curso até ao próximo dia 14 de Julho no que dizia respeito ao viaduto sobre a Av. Padre Cruz. Tratava-se de um estudo que quando concluído seria de grande importância uma vez que iria permitir que as obras desse viaduto se iniciassem no final do corrente ano, estivessem em curso durante 2005 e todo o eixo Norte/Sul pudesse estar concluído em 2006. -----

----- De facto, tratava-se de uma estrutura de grande importância, quer a nível nacional, quer a nível regional, mas principalmente a nível local. -----

----- E a nível local desejava também mencionar a importância que havia em verificar a necessidade da construção dos equipamentos desportivos que iam sair no Lumiar, designadamente o polidesportivo e a piscina, havia necessidade de equipamentos alternativos e estava convicto que a Câmara Municipal estava preocupada com esse assunto. -----

----- Por outro lado, relativamente ao próprio tabuleiro do viaduto e aos pilares, entendia que eles deveriam ser decorados de forma a que, em termos de impacte visual, se tratasse de uma infra-estrutura com qualidade. Além disso, havia expropriações que era necessário efectuar para que as obras se iniciassem, assim como havia necessidade de dialogar com os interesses locais no sentido de que essas expropriações fossem concluídas em tempo oportuno para se iniciarem as obras. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, aludindo à intervenção do Deputado Municipal Cal Gonçalves, do PSD, em relação à AMERLIS, disse que lhe parecia que ele leu bem mas tinha concluído mal. Leu que a constituição da AMERLIS foi aprovada na Assembleia Municipal, mas esquecera-se de concluir que com a proposta recentemente aprovada em Sessão de Câmara, se verificavam alterações quer na estrutura, quer na designação, quer na participação nos órgãos dessa empresa. Portanto não tinha concluído bem. -----

----- Por isso, se a Câmara pretendia levar por diante a alteração estatutária, teria de a trazer à Assembleia previamente, já que, nos termos da Lei 169/99 com alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, era uma das suas competências a aprovação dessa matéria. -----

----- Aliás, se assim não fosse, cabia perguntar qual a razão porque quando foi a alteração da designação da empresa EBHAL para EGEAC essa alteração teve que vir

à Assembleia Municipal para aprovação. Por que é que numa teve que vir e na outra não? -----

----- Portanto, as preocupações mantinham-se e por isso mesmo o PCP mantinha a Moção. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que se calhar era distração sua, mas voltava a repetir as perguntas. Então não era verdade que a denominação que a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou não era aquela que era a actual? É que a denominação que a Assembleia aprovou foi ANERLIS, e essa denominação, porque não foi aceite pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, não voltou à Assembleia tendo sido alterada por um simples despacho do Sr. Vereador Rui Godinho, datado de 13 de Abril de 1998. -----

----- Quanto à matéria da constituição dos Estatutos, disse que eles foram sujeitos à aprovação da Assembleia Municipal e, nessa altura, a Assembleia conferiu competência à Assembleia Geral dessa sociedade municipal para poder fazer as alterações. -----

----- Portanto, não tinha lido mal, aquilo que estava na Moção do PCP era precisamente a confirmação disso. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento, disse que não sabia quem tinha lido mal, o que dizia era que a alteração de denominação de ANERLIS para AMERLIS foi uma alteração menor, foi apenas a alteração de uma letra. Mas, neste caso, o que estava em jogo não era isso, o que estava em jogo era uma alteração profunda que além da própria designação, tinha a ver também com a indicação do Município para fazer parte, tinha a ver com o capital, enfim, era uma alteração de fundo. -----

----- E era só por isso que achavam que a proposta de Estatutos que foi à Sessão de Câmara deveria vir à Assembleia para ser aprovada. -----

----- **A Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)**, no uso da palavra, referindo-se ao Colóquio realizado no dia 25 de Maio passado, sobre a exclusão social, disse que faz parte da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura e dava os parabéns aos seus membros – esteve pouco tempo presente dado que foi nomeada há pouco tempo em substituição, portanto não colaborou – pelo brilhante trabalho e pela acuidade com que apresentaram um magnífico painel. -----

----- No entanto, estranhara a atitude da Deputada Municipal Lurdes Queiroz, do PCP, que abocara para si todo o magnífico trabalho da Comissão, quando, como era sabido, essa Sra. Deputada Municipal sempre primara pela ausência, ao contrário da Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP, que também integrava a Comissão. -----

----- Por outro lado, também lamentava a atitude dos Deputados Municipais do PCP por terem monopolizado e instrumentalizado o debate e nessa medida desvalorizarem o Colóquio, aferindo-se do seu comportamento que não pretenderam que os Deputados Municipais presentes e os convidados retirassem algum benefício levantando questões pertinentes e partilhando experiências com todo o painel que se encontrava presente, retirando, assim, mais-valias para os municípios de Lisboa. -----

----- Quanto ao contributo dos Deputados Municipais do PCP, disse que foi zero em todas as intervenções políticas, que foram treze, esquecendo-se que não estavam no período de Antes da Ordem do Dia, onde, aí sim, as intervenções eram políticas. -----

----- Em nota de roda pé, disse que embora nas intervenções políticas o PCP tudo tivesse feito para desvalorizar o trabalho do Executivo municipal, porque estavam num Colóquio de exclusão social não se esquecia que no almoço de Natal, oferecido aos mais desfavorecidos na antiga FIL, na Junqueira, ouviu dizer a três pessoas dessas mais desfavorecidas que estavam na fila a aguardar o almoço “agora sim, existe dignidade”. -----

----- Portanto, ficou realmente bastante chocada porque estavam ali associações, pessoas que lhes podiam dar algum contributo e, de facto, tudo o que se tinha passado ali não tinha razão de ser. Se realmente todos queriam trabalhar nesse sentido, teria que haver honestidade política, o que não tinha existido no dia 25 de Maio. -----

----- Não pretendia com isto levantar ali uma polémica maior, mas foi isso a que assistiu e não podia deixar de tirar a sua ilação. Principalmente a Deputada Municipal Lurdes Queiroz, mas de uma maneira geral todas as intervenções do PCP, não tiveram o mínimo de honestidade política para com os presentes. -----

----- E o contrário podia dizer dos restantes membros, com quem tem estabelecido algumas relações até de amizade, que não tiveram esse nível de comportamento pondo em cheque toda uma Comissão, e reiterava os seus parabéns à Deputada Municipal Ana Sara Brito e restantes membros da Comissão pelo magnífico painel e por todo o trabalho que fizeram. Não existia legitimidade para que essa Sra. Deputada Municipal avocasse para si todo o trabalho que foi feito, quando nunca esteve presente. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Queiroz (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra para defesa da honra, lamentou que não tivesse ouvido toda a intervenção da oradora anterior, mas a parte final já era suficiente para lhe dizer que não a conhecia de lado nenhum para ela lhe falasse em honestidade ou desonestidade política. -----

----- Depois, desejava esclarecer que disse no Colóquio que não estava a falar em nome de nenhuma Comissão, era uma recém-chegada à Comissão e que estava a falar em nome dos elementos do PCP e do trabalho que tinham desenvolvido. -----

----- Por outro lado, desejava dizer ainda que houve uma reunião para a qual foi convocada, para tratarem do cartaz e dos panfletos, e uma segunda reunião que era de avaliação. Relativamente à primeira falou com a Sra. Presidente da Comissão que teve o cuidado de lhe mostrar o cartaz, mas porque não tinha trabalhado na Comissão nunca poderia ir buscar louros de uma coisa que não tinha feito. Não fazia parte dessa Comissão, portanto não trabalhara para o Colóquio, quem até então fazia parte dessa Comissão era o seu camarada, Deputado Municipal Feliciano David, que depois passou a substituir num trabalho que já estava começado. -----

----- Disse, ainda, que no dia da reunião da Comissão teve um assunto deveras grave na sua Junta de Freguesia, onde não podia deixar de estar presente, mas era bom que ficasse claro que nunca foi buscar louros por um trabalho que não tinha desenvolvido. Agora, quando o seu partido entendia que fazendo parte das Comissões não deixavam

de fazer parte dos partidos políticos, que o trabalho a desenvolver era irem para o terreno, foi isso que ali quis transmitir, aliás até porque estava no público um dos elementos que visitaram e que interveio, e desse trabalho não tinha que dar contas à oradora anterior, nem à Comissão, nem a ninguém. Esse era um trabalho que resultava de uma decisão do seu partido sobre o que era que iam fazer. -----

----- Terminou dizendo que a oradora anterior não podia mentir porque ela nunca disse no Colóquio que estava a falar em nome da Comissão, mas sim que estava a falar em nome dos elementos do PCP que faziam parte da Comissão sendo ela uma recém-chegada. Portanto, não admitia à oradora anterior que pusesse em causa a sua honestidade política, até porque não a conhecia de lado nenhum. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra para um protesto, disse que não admitiam à Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva que se referisse ao PCP da forma como se referira, pois o PCP tinha toda a legitimidade política para intervir em todas as Assembleias e da forma que entendesse fazê-lo, dentro dos limites estatutários. -----

----- Portanto, não lhe admitia, em nome do PCP, que se referisse ao partido da forma como se tinha referido. -----

----- Por outro lado, queria dizer-lhe também que se o PSD não contribuía para o debate no Colóquio realizado no dia 25 de Maio, foi porque de facto não quiseram ou se pretenderam abster dele. Os Deputados Municipais do PCP intervieram em consciência de acordo com aquilo que tinham decidido para as intervenções nesse mesmo Colóquio. -----

----- Sobre o jantar de Natal, ou o jantar dos pobrezinhos, disse que a dignidade não se via pelo pagamento de um jantar, via-se pelo trabalho que se desenvolvia para se acabar com a exclusão e a pobreza. -----

----- **A Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PCP)**, no uso da palavra para responder à defesa da honra e ao protesto, disse que achou interessante o modo como a Deputada Municipal Lurdes Queiroz explicitara todo o seu mau-estar pelas suas palavras, embora já fizesse parte da Assembleia o modo como se exprimia, e quando dizia que era humana era óbvio que todos eram humanos, ninguém era colone de ninguém, portanto também era humana e compreendia-a. -----

----- Mas era certo que disse que estava a falar em nome dos representantes do PCP na Comissão, e quando fez a sua intervenção avocara o trabalho e não deveria tê-lo feito, portanto isso mantinha-o. Era evidente que a interpretação e leitura de cada uma era diferente, mas isso fazia parte. -----

----- Quanto ao protesto, disse que não pôs em causa a dignidade do PCP, longe de si tal ideia porque não era essa a sua postura. Mas devia referir que se tratava de um Colóquio onde estava subjacente um debate, portanto não era propriamente uma reunião da Assembleia Municipal. É que enquanto nas reuniões da Assembleia todos poderiam ter intervenções consoante as orientações de cada um e o modo como interpretavam, naquele debate era diferente porquanto estavam ali para partilhar experiências e obter informações. -----

----- Pediu desculpa se porventura tivessem aferido das suas palavras algo que pudesse pôr em causa a dignidade de quem quer que fosse em termos pessoais, e acrescentou que às 19 horas, no Colóquio, estavam presentes alguns representantes de instituições que não puderam falar, justamente porque os Deputados Municipais gastaram cerca de cinco minutos cada um nas suas intervenções. Sabia o que tentaram fazer, mas era óbvio que não podiam tirar o mérito ao debate em si, àquela situação. -----

----- Foi este o sentido da sua intervenção, mas se interpretaram as suas palavras de outra maneira reiterava as suas desculpas. Não punha em causa ninguém em termos pessoais, punha só em causa em termos políticos o que efectivamente se passou. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Pires Marques (CDS-PP)**, no uso da palavra, referindo-se à Moção n.º 1, por si subscrita, que dizia respeito ao Prémio Valmor, disse que ela só se interessava pela dignificação da Cidade de Lisboa. -----

----- Ao longo dos últimos cem anos houve várias interrupções neste prémio, ultimamente houve nova interrupção mas agora foi retomada a sua entrega pela actual Câmara. O CDS-PP congratulava-se por esse facto e solicitava que a entrega do prémio não fosse novamente interrompida, porque tinha a ver com a classificação de belíssimas obras de arquitectura da cidade e com o embelezamento de Lisboa, que era isso precisamente que estava em causa. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento à Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva, disse que vinha a todas as Sessões Extraordinárias que eram feitas pelas Comissões (Colóquios) e sentia-se quase que ofendida por ouvir dizer que o PCP não devia ir ali falar politicamente, porque então se não iam ali falar politicamente iam ali fazer o quê? Fazer conversa de café? É que se era fazer conversa de café faziam lá fora! -----

----- É claro que era politicamente que tinham que intervir, isso era lógico. A Deputada Municipal Ana Sara Brito, como Presidente da Comissão, não tinha que se preocupar com isso. O PCP, quando ali interveio, quer através da Deputada Municipal Lurdes Queiroz, quer através de qualquer outro seu camarada, era politicamente que o fazia, não iam para ali fazer conversa de café. -----

----- **A Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que não punha em causa a intervenção dos Deputados Municipais do PCP, o que punha em causa era não deixarem os convidados intervirem, porque era óbvio que as associações iam ali para ter intervenção. Os Deputados Municipais tinham os períodos de Antes da Ordem do Dia e as outras reuniões às terças-feiras para poderem falar. E no caso concreto do Colóquio do dia 26 de Maio os convidados não puderam falar porque os Deputados Municipais do PCP se inscreveram praticamente todos. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Deputada Municipal Ana Sara Brito já lhe solicitou a palavra para, na qualidade de Presidente da Comissão, esclarecer esta questão, e dar-lha-ia no ponto 1 da Ordem de Trabalhos, visto que se tratava de matéria referente aos três últimos meses de actividade, imediatamente a seguir à intervenção do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Mas, de qualquer modo, desejava dizer que todas as intervenções que foram feitas eram legítimas, os Deputados Municipais inscreveram-se como se inscreveu o público e todas as inscrições foram cumpridas, ninguém ficou por falar. Mas depois, como referira, a Deputada Municipal Ana Sara Brito falaria sobre esse assunto. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, novamente no uso da palavra, disse que a sua intervenção se prendia também com o Colóquio sobre a exclusão social, não para questionar qualquer intervenção que nele foi feita, mas para registar que se quebrara um consenso existente na Assembleia relativamente aos Colóquios, porque houve um partido que instrumentalizou, pelo número de intervenções e pelo seu teor, o Colóquio realizado. -----

----- De facto, houve nitidamente um discurso partidário através de várias vozes do PCP nesse Colóquio. Inclusivamente houve uma intervenção que em nada dignificava a Assembleia, que foi quando a Deputada Municipal Graça Mexia ao usar da palavra disse, citou: “Aproveito esta oportunidade para mandar recadinhos à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa”. -----

----- Portanto, esse Colóquio, ao fim e ao cabo, foi transformado num comício político/partidário do PCP, e essa triste realidade tinha que ser denunciada e merecia condenação na Assembleia Municipal. -----

----- E se dúvidas houvesse nessa matéria, recomendava aos Deputados Municipais que lessem a publicação de um Colóquio realizado no mandato anterior sobre a igualdade de oportunidades, para ver a diferença no número de intervenções e no seu teor relativamente a um Colóquio e a outro, porque, de facto, não tinham nada a ver um com o outro. -----

----- Estava, pois, em causa, a partir de hoje, a realização de futuros colóquios nos moldes em que eles eram conhecidos e realizados. Se os objectivos de alguns, agora porque estavam na oposição, era transformar os colóquios da Assembleia Municipal em palcos de guerrilha político/partidária não contavam com o CDS-PP. Nunca o fizeram quando foram oposição e não aceitavam que o fizessem agora que outros estavam na oposição. -----

----- Disse, ainda, que a Assembleia teria que reflectir sobre o que se passou, e enquanto não houvesse condições para voltar à normalidade daquilo que eram os colóquios, designadamente no anterior mandato, o CDS-PP considerava que a realização de futuros colóquios estava em causa e não tencionavam participar na sua organização nem nos seus trabalhos. -----

----- Por fim, lamentou ter que dizer o que acabava de dizer, mas havia limites que foram ultrapassados, e se o PCP queria transformar os colóquios em comícios não contaria com o CDS-PP e teria a sua firme e determinada oposição. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que essas matérias deveriam ter sido analisadas na Comissão. E a um aparte em que se referiu que já foram, acrescentou que deveriam ser trazidas ao Plenário. -----

----- **A Deputada Municipal Graça Mexia (PCP)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que lhe pareceu extremamente natural a irritação que se apoderara dos partidos que estavam no Governo, que aumentavam todos os dias a exclusão social.

Parecia-lhe perfeitamente óbvio que lhes tivesse caído bastante mal aquele Colóquio que houve. Aliás, muitas das verdades que foram ditas depois acabaram por ser votadas no passado domingo. -----

----- Aumentavam a exclusão social, aumentavam os problemas, tudo bem! E quanto aos recadinhos para a Sra. Vereadora disse que gostava muito de ter dado recados mesmo, inteiros, grandes, mas não conseguia. Gostaria até de não mandar recados mas que houvesse reuniões, têm-nas pedido muitas vezes mas não conseguia. -----

----- Portanto, “recadinhos” foi uma palavra ternurenta, simpática, porque de facto o que queria era dar recados mesmo. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, disse que esta sua intervenção era proporcionada pelos colegas do PSD devido ao tipo de intervenções que fizeram. -----

----- Disse, então, que faziam debates para debater e estavam todos em pé de igualdade em termos de participação. Havia oradores convidados e havia um período de debate para debater as matérias que aí eram colocadas. -----

----- O PCP, como estava interessado em debates, como estava interessado em colocar as suas opiniões, inscrevia-se para o fazer e os outros partidos que o fizessem da mesma forma para intervir nos 45 minutos de debate. Só que, infelizmente, para esse tempo de debate foi o PCP que se inscreveu porque os Deputados Municipais do PSD abstiveram-se do debate numa matéria tão importante como era a exclusão e a pobreza. -----

----- Mas esse era um problema do PSD. O PCP não se abstinha de discutir a matéria, estavam interessados em discuti-la, estavam interessados em apresentar opiniões, propostas e sugestões para resolver o problema. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, disse que se ia iniciar o processo de votação das moções, começariam pelos votos de pesar e no final da votação dos mesmos guardariam um minuto de silêncio. -----

----- Leu então os votos de pesar que foi submetendo à votação um a um, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por unanimidade, o Voto de Pesar em memória do Deputado Lino de Carvalho, apresentado pelo PCP. (**Moção n.º 2**) -----

----- Aprovar, por unanimidade, o Voto de Pesar em memória do Prof. Sousa Franco, subscrito pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS. (**Moção n.º 6**) -----

----- Aprovar, por unanimidade, o Voto de Pesar em memória do Prof. Sousa Franco, subscrito pelo Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma, do PPM. (**Moção n.º 7**) -----

----- Aprovar, por unanimidade, o Voto de Pesar em memória do Deputado Lino de Carvalho, subscrito pelo Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma, do PPM. (**Moção n.º 8**) -----

----- Terminada a votação dos votos de pesar a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memórias das referidas personalidades. -----

----- Segui-se depois a votação as restantes moções, tendo a Assembleia deliberado: ---

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 1**, subscrita pela Deputada Municipal Ana Pires Marques, do CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 3**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM.

----- Aprovar, por maioria, **Moção n.º 4**, subscrita pelo Deputado Municipal José Godinho, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 5**, apresentada pelo PCP, PS, PEV e BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e a abstenção do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 9**, apresentada pelo CDS-PP e pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PPM, votos contra do PCP, PEV e das Deputadas Municipais do PS Luísa Sabino e Ermelinda Brito, e a abstenção do PS e BE. -----

----- Terminado o processo de votação das moções, o **Senhor Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre a actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 215/2004;** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 307/2004;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 309/2004;** -----

----- **Ponto 5 - Proposta 245/2004;** -----

----- **Ponto 6 - Proposta 285/2004;** -----

----- **Ponto 7 - Proposta 305/2004;** -----

----- **Ponto 8 – Proposta 326/2004;** -----

----- **Ponto 9 – Proposta 329/2004;** -----

----- **Ponto 10 – Proposta 337/2004;** -----

----- **Ponto 11 – Proposta 338/2004;** -----

----- Os pontos 10 e 11 – propostas 337/2004 e 378/2004, respectivamente, – por decisão da Conferência de Representantes foram apreciados e votados na quarta reunião da Sessão Ordinária de Abril, realizada no dia 1 do corrente mês de Junho. ----

----- **Ponto 12 – Proposta 342/2004;** -----

----- **Ponto 13 – Proposta 344/2004;** -----

----- **Ponto 14 – Proposta 345/2004;** -----

----- **Ponto 15 – Proposta 330/2004;** -----

----- **Ponto 16 – Proposta 369/2004;** -----

----- **Ponto 17 – Proposta 373/2004;** -----

----- **Ponto 18 – Proposta 374/2004;** -----

----- **Ponto 19 – Proposta 377/2004;** -----

----- **Ponto 20 – Proposta 378/2004;** -----

----- **Ponto 21 – Proposta 379/2004;** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA C.M.L. ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE**

SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, começou por, em nome da Câmara Municipal, declarar a associação do Executivo aos votos de pesar aprovados pela Assembleia relativos à morte do Prof. Sousa Franco e à morte do Deputado Lino de Carvalho. -----

----- Passando à informação escrita, que descrevia o essencial do ocorrido na cidade e o trabalho feito nos meses de Abril e Maio de 2004, começou por dizer ao Deputado Municipal Miguel Coelho que nunca cometera a deselegância de invocar ali a qualidade dos outros cargos que ele exercia à luz do que era normal num Estado Democrático de Direito. Nunca lhe perguntou se falava ali como Deputado Municipal ou como Presidente da Concelhia do Partido Socialista. Partiu e partia sempre do princípio que falava ali como Deputado Municipal respeitando igualmente o cargo de Presidente da Concelhia do Partido Socialista que também exercia, e não partia do princípio de que existia algum anátema sobre alguém pelo facto de exercer funções em partidos e funções em órgãos do Estado, fosse ao nível central, fosse ao nível local. -----

----- Mas o Deputado Municipal Miguel Coelho insistia no tema repetidamente! Às tantas parecia uma obsessão já que constantemente falava no seu poder de influência no Estado. Considerou-o até responsável pela guerra no Iraque e por mais outras questões, enfim, considerou-o responsável por tudo o que se passava. Sinceramente entendia que o Deputado Municipal Miguel Coelho devia aligeirar essa fixação de eventual poder que achava que ele – Presidente da Câmara – tinha. É que não tinha, nem gostava de ter todo esse poder, com franqueza o dizia. -----

----- Partia do princípio que o Deputado Municipal Miguel Coelho estava ali para defender os interesses da população de Lisboa, à luz do que considerava mais adequado para isso, e numa Assembleia Municipal que reunia mais vezes que qualquer outra Assembleia Municipal do País, provavelmente por ser a capital, mas a um ritmo nunca verificado no passado. E hoje até, numa reunião em que para além de se ter debatido alongadamente, nos termos de um Regimento muito generoso em relação aos tempos mas isso era soberania da Assembleia, discutira-se também se deveria haver ou não período de Antes da Ordem do Dia, para além do debate do próprio período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- Não queria deixar de exteriorizar hoje que a Câmara Municipal tinha previsto na lei cerca de três reuniões por mês, e era o que fazia. Sabiam das reuniões que a lei previa para a Assembleia Municipal em todo o País, e sabiam o que se passava neste momento em Lisboa. As semanas têm sete dias, havia um determinado número de horas que cada um precisava para dormir normalmente, e entre as reuniões de Câmara

e as reuniões da Assembleia Municipal, os autarcas, nomeadamente os que estavam com funções executivas na Câmara, estavam sujeitos a um regime que não tinha qualquer comparação com o que se passava em qualquer outro concelho do País. -----
----- Tinha o dever de dizer isso em respeito também por todos aqueles que tinham que preparar estas reuniões, quer nos gabinetes, quer funcionários da Câmara. Faziam-no com todo o respeito pela Assembleia, mas não podia deixar de vincar ali esta realidade política. -----

----- Em relação a outras considerações que foram feitas e ao teor das moções apresentadas, disse que respeitavam todas as opiniões, era isso que era próprio de um Estado Democrático de Direito, mas começava por salientar a exigência especial a que os trabalhadores do Município estavam sujeitos neste momento. A cidade tem tido pela frente desafios de organização, como o Rock in Rio Lisboa e neste momento o EURO 2004, o que acarretava enorme fluxo de visitantes, nomeadamente estrangeiros que estavam espalhados pela cidade, que chegavam às dezenas de milhar, num ritmo que talvez desmentisse as previsões de alguns mais pessimistas, de diferentes cores políticas, sobre o impacto do EURO 2004, inclusive do sector político a que pertence, como também a Gimnaestrada. -----

----- De facto, o impacto de uma organização dessas com o número de visitantes que tinha, exigia muito dos trabalhadores da segurança, da protecção civil e da higiene urbana, etc. Aliás, só no Rossio estava uma equipa permanente da higiene urbana para fazer face aos recipientes que constantemente eram lançados no chão pelos adeptos das equipas, mais alegres ou mais tristes com os resultados desportivos, mas o certo era que 24 horas por dia tinham lá presentes trabalhadores da Câmara que de facto têm feito um esforço notável para acorrer a todas essas solicitações. -----

----- E outros festivais tiveram já também lugar. O Super Bock Super Rock, por exemplo. Mas desejava dizer, a propósito da utilização do Parque da Bela Vista, que nunca censurou o facto do anterior Executivo camarário ter concessionado parte daquela zona para jogo de golfe e para um restaurante aberto à cidade, mas fundamentalmente para quem praticava golfe, numa zona que talvez alguns dos Deputados Municipais não conhecessem, mas que era um campo de nove buracos – não era especialista desse desporto – feito numa zona imediatamente contígua ao Parque da Bela Vista, que considerava um aproveitamento até feliz. Aliás, o Presidente da República até tem feito um apelo à democratização desse desporto, como achava que todos os desportos deviam ser democratizados, mas lá está: o facto de poder ser aproveitado como espaço natural, zona verde, nomeadamente depois da demolição do Bairro do Relógio, não impedia que outros aproveitamentos pudessem ser feitos. -----

----- Por isso, o aproveitamento que houve para o festival Rock in Rio como para outros aproveitamentos que existirão no futuro, não apenas festivais, eram aproveitamentos que diria até virados para uma faixa muito maior de população do que, como era evidente, um aproveitamento para a prática do golfe. Aliás, sabiam que a grande maioria dos lisboetas não tinha sequer conhecimento da existência daquele espaço do Parque da Bela Vista, que não estava de facto devidamente aproveitado

apesar de ter sido uma boa obra do Engº Rui Godinho e feito no tempo do Dr. Jorge Sampaio. Uma boa obra, um parque lindíssimo, mas, de facto, o parque não existia apenas para ser usufruído por ele próprio ou só pelos moradores da zona circundante. Essa era uma visão egoísta das zonas verdes e do espaço público, que com certeza não podia continuar. -----

----- Mas salientava também que o espaço ficou infra-estruturado definitivamente, com água, com cabo, com a Net, portanto ficou infra-estruturado para espectáculos populares dos mais variados e com a garantia da sua intangibilidade enquanto espaço verde que era e continuaria a ser. Também não era adepto da beleza das vedações que lá estavam, com certeza que deveriam ser alteradas, portanto era nesse sentido que iriam trabalhar, como o da construção da segunda fase do Parque da Bela Vista, do lado de lá do prolongamento da Av. Estados Unidos da América, futura Av. Marechal Spínola. -----

----- Era esse trabalho que todos deveriam realizar em conjunto, respeitando a diversidade das opiniões. -----

----- Agora, havia uma opinião que não era uma opinião, era um facto! A capacidade de organização revelada por Lisboa e por Portugal, nesse festival, deveria encher de orgulho a todos, porque, de facto, foi notável o trabalho feito em todos os sectores, nomeadamente o trabalho feito pelos trabalhadores da higiene urbana que enquanto outros estavam ali divertidos estavam a trabalhar limpando a sujidade que outros faziam. E fizeram-no sempre com uma boa cara, uma boa disposição e um empenho que lhe aprazia sublinhar. Como também no capítulo da segurança, graças a Deus, tudo correrá às mil maravilhas, mas também com uma colaboração exemplar da parte do público, que teve paciência para às vezes esperar algum tempo para se submeter a todos os controlos existentes. -----

----- Disse que desejava dar também uma palavra à compreensão que o Sr. Presidente da Junta teve em relação àquele evento, e a participação de todos os órgãos autárquicos, aos mais variados níveis, nessa iniciativa. E desejava dar também essa palavra às forças de segurança. -----

----- Mas a propósito de forças de segurança, dizia na informação escrita que estava já a funcionar o sistema digitalizado de comunicações, que permitia à Protecção Civil de Lisboa dispor de meios que não estavam ao alcance de qualquer outro Município e, em certos aspectos, não estavam ainda ao alcance do Poder Central, nomeadamente no âmbito do SIRESP, o sistema de protecção de segurança nacional. Ele estava a funcionar, permitia até o controlo vídeo de zonas da cidade, designadamente de Monsanto, em termos que lhes conferia uma maior segurança em relação à protecção dos bens e recursos naturais da cidade, e permitia também, finalmente, à Polícia Municipal e às outras forças da Protecção Civil deixarem de ter de contactar de telemóvel ou de cabine telefónica e poderem todos ter meios de contacto adequados em relação às evoluções tecnológicas. -----

----- Seguidamente, disse que assinalaram devidamente os 30 anos do 25 de Abril, com um investimento que foi compensado, porque quer no Terreiro do Paço, quer nas exposições levadas a cabo, quer na exposição de fotografia com imagens

extremamente sugestivas daquela madrugada e daquele dia histórico, fizeram a população de Lisboa sentir bem a alegria com que os órgãos da Autarquia celebravam aquela data e os 30 anos da sua ocorrência. -----

----- A EGEAC teve nisso uma palavra importante, não podia deixar de salientar a excelente coordenação da Sra. Vereadora da Cultura e o modo como todas as forças políticas se envolveram nessa celebração que a todos encheria de alegria. -----

----- E permitia-se também fazer uma referência ao arranque da Feira do Livro, no mês de Maio, para dizer que em dois anos passaram de um investimento de 120/130 mil euros para mais de 400.000 euros na Feira do Livro, que foi prolongada até ao dia 10 de Junho, e estavam satisfeitos não só com os termos em que decorrera a actividade livreira, a actividade editorial, mas também com o nível dos debates lá ocorridos, os termos da organização de actividade cultural e dos debates que, quer sobre a cidade, quer sobre o País, lá tiveram lugar com pessoas dos mais variados sectores políticos e fazendo também referência particular aos 30 anos do 25 de Abril. -

----- Foi também uma altura em que arrancaram as Festas da Cidade, mas fariam disso na próxima informação escrita com mais detalhe, embora nesta contemplasse a referência ao programa das Festas. -----

----- Mas desejava também fazer o devido destaque ao lançamento e apresentação, pela EPUL, dos programas “Lisboa a Cores”, “Repovoar Lisboa” e “Alfama Quem Cuida Ama”, que no desenvolvimento de um trabalho de complementaridade com a Câmara Municipal, no âmbito da reabilitação urbana, devia salientar isso. -----

----- Procuraram ter na devida conta os pedidos dos vários bairros para não prejudicarem as festas e romarias, mas eram 100 edifícios dispersos pela cidade que iriam ser recuperados integralmente no âmbito desse programa, e as fachadas e coberturas de outros 140 em Alfama, num investimento muito significativo. Eram cerca de 640 fogos que estavam envolvidos nesses 240 edifícios. -----

----- De igual modo desejava assinalar o encerramento ao trânsito, no passado dia 21 de Maio, nas zonas da Bica e Santa Catarina, num processo que contou com a participação em pleno da Sra. Presidente da Junta e dos órgãos daquela freguesia, como já tinha acontecido no Bairro Alto e Alfama com as respectivas Juntas de Freguesia. Também não podia deixar de fazer uma referência particular ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Paulo, não iria entrar agora nos pormenores porque já teve ocasião de ali falar disso, mas foi um trabalho que os enchia de satisfação, e agora iriam tentar fazer trabalho idêntico em relação à Mouraria e ao Castelo. -----

----- Esta era uma matéria que queria salientar, porque era um caminho na Cidade de Lisboa que pensava ser muito importante: o condicionamento ao trânsito privado, acabar com essa invasão sem regras, principalmente nos bairros históricos nas zonas que careciam mais dessa protecção. Estavam à espera que o IPPAR desse notícias finais sobre o parque de estacionamento do Largo Barão de Quintela, continuavam a aguardar o pronunciamento desse Instituto sobre esses problemas de tráfego da cidade e questões a eles ligadas, e o parque de estacionamento da Calçada do Combro estava em desenvolvimento. -----

----- E desejava dar uma palavra à colaboração do Liceu Passos Manuel, à Escola Superior de Dança e ao modo como o Dr. António Monteiro e a Dra. Dina Vieira, administradora da EPUL mas que colaborara nesse processo, conseguiram encontrar e colaborar com essas instituições, e também já a Associação Nacional de Farmácias, no final do processo, para encontrarem áreas que permitissem aos moradores e comerciantes terem espaço para o seu dia-a-dia. -----

----- Salientou também a consignação do eixo Norte/Sul, já ali foi referido o estudo de impacte ambiental em relação a uma parte da obra, estavam à espera que a CRIL chegasse também ao fim, as obras tiveram estudos de impacte ambiental nos termos da lei por serem obras de responsabilidade nacional para vias com esse estatuto. -----

----- E salientava também que durante estes meses foi possível inaugurar duas ruas com os nomes de António Lopes Ribeiro e Manuel Costa e Silva, e também a Av. Francisco Salgado Zenha, consagrando-se, assim, nomes a quem a cidade devia óbvio reconhecimento. -----

----- Salientou também, e aqui uma palavra à Sra. Vereadora Ana Sofia Bettencourt, a renovação dos espaços de informação à juventude, nomeadamente nas Amoreiras, no Campo Grande e no Bairro do Armador. E o desenvolvimento dos programas LX Alerta e LX Porta a Porta, que depois de algumas dúvidas iniciais têm merecido o reconhecimento generalizado. -----

----- Por outro lado, brevemente trariam à Assembleia a proposta de transferência de verbas para as Juntas de Freguesia para intervenção na recuperação do edificado urbano, com o enquadramento jurídico devido que permitisse a salvaguarda de todos e o respeito pela lei em vigor. Mas no cumprimento dos acordos estabelecidos, nomeadamente quando da votação do Orçamento. -----

----- Continuando, disse que hoje entendera proceder à substituição de todo o Conselho de Administração da EPUL. Entendia ser necessária uma convergência absoluta de propósitos entre a Administração e a Câmara Municipal sempre, mas principalmente quando à EPUL foram cometidas responsabilidades especiais no âmbito do processo da Av. da Liberdade e do Parque Mayer. Essa decisão, em relação à qual assumia naturalmente a principal responsabilidade e que amanhã levaria a ratificação em reunião de Câmara se assim obtivesse o assentimento dos Senhores Vereadores, não impedia, antes implicava a manutenção da vontade de participação pluralista nos órgão de administração, quer da EPUL, quer das Sociedades de Reabilitação Urbana, como já teve ocasião de dizer. -----

----- Por outro lado, também não punha em causa o apreço pelas qualidades do Presidente da EPUL e dos outros membros do Conselho de Administração. Dava uma palavra especial ao Presidente do Conselho de Administração, Dr. Gonçalo Sequeira Braga, quer pela lealdade, quer pelo empenho, quer pela competência revelada no exercício das suas funções. Já tinha tido ocasião de manifestar reservas públicas em relação a algumas opções de gestão, e nomeadamente por não ter segurança quanto à concordância que era indispensável haver na área da reabilitação no que respeitava à Av. da Liberdade e principalmente ao Parque Mayer, não podia nem devia, pelas

obrigações que tinham e que tinha para com os lisboetas, perder tempo em relação às posições dos administradores quanto às orientações dos accionistas. -----

----- Portanto, queria hoje, na Assembleia Municipal até antes de o fazer em reunião de Câmara, dar esta notícia, e também a notícia de que procedera à exoneração do Chefe de Divisão dos Espaços Verdes, na Direcção Municipal do Ambiente Urbano. Houve um trabalho que pediu, quer sobre a questão do parque de diversões do Alvito, quer sobre a questão do Clube Hípico, em Monsanto, de que queria falar hoje na Assembleia Municipal. -----

----- Estava a falar do Eng^o Tremeceiro, que já tinha sido nomeado por si e que foi uma pessoa que desenvolveu um trabalho que lhe cumpria salientar, mas em relação a esses projectos houve um atraso que considerava injustificado, e a Câmara teria que se habituar, toda ela, a cumprir os prazos estabelecidos em relação a responsabilidades que o Presidente da Câmara assumiu publicamente. -----

----- Perante as associações da Plataforma Ambientalista e perante outras, assumira compromissos de dar resposta, tão breve quanto possível, a questões que lhe foram postas, pelo que queria dar hoje notícia pública, embora não pudesse dar com tanto detalhe quanto gostaria, de que estava à disposição de todos os Deputados Municipais, e respectivas Comissões da Assembleia, o trabalho feito até ao presente, com a colaboração do Eng^o Tremeceiro mas sob sua orientação e directa responsabilidade quanto ao conteúdo, relativamente ao parque de diversões do Alvito, que seria ambiental, um parque com matriz fundamentalmente ecológica, onde haveria, citou: “todas as zonas de aventura, desde a torre de vigia às actividades didácticas e recreativas, espaço aventura infantil, os espaços multiusos, o labirinto da lontra, a gruta dos morcegos, a mina, o comboio”, mas perfeitamente integrado dentro daquela que era a natureza do Parque de Monsanto. Esse trabalho estava pronto, e esse pólo de diversões, como outros que existirão em Monsanto e que se acrescentariam aos que já existiam e que ao abrigo de uma empreitada já a correr seria desenvolvido proximamente.-----

----- Mas a questão principal, de que também desejava dar nota, dizia respeito à Sociedade Hípica. Já tinha dito aos Deputados Municipais e aos representantes da Plataforma Ambientalista que nenhuma transferência para Monsanto implicaria o derrube de árvores. Por uma questão de formação e de princípio, nenhuma árvore seria derrubada, outros o poderiam ter feito no passado, pensava que não, mas consigo era assim! -----

----- E quando representantes da Plataforma Ambientalista lhe disseram que essa opção poderia implicar o derrube de 171 árvores, respondeu que isso estava fora de questão, nem 171, nem 71! Ele próprio esteve no local a ver as demarcações, as zonas, as implantações do que estava previsto para cada área, e teve ocasião de comunicar, há cerca de dois meses e meio, à Sociedade Hípica, cuja administração recebeu, que não autorizava o projecto que eles tinham apresentado. E disse aos serviços dos Verdes da Câmara e à Direcção Municipal do Ambiente Urbano, qual era a opção da Câmara para aquele espaço que, aliás, tinha previsto um Clube Hípico. Era fazer um Clube Hípico, de facto, mas fundamentalmente com a componente de formação, de

escola, de hipoterapia, ou seja, para pessoas com deficiência, com limitações físicas, portanto ao serviço de toda a população e não apenas para quem fosse sócio de determinada colectividade. -----

----- Foi essa orientação que transmitiu há três meses, foi esse o projecto que pediu num mês, era esse projecto que não estava pronto e que deveria estar, embora reconhecesse o muito trabalho desenvolvido. Mas o facto de uma pessoa ser substituída não significava que fosse má! Significava que tinha que ser substituída pelas razões que estavam expostas no despacho de exoneração. -----

----- Portanto, queria dar conta na Assembleia Municipal, em mais uma manifestação de respeito por ela, que era esta a posição da Câmara e que hoje estava em condições de assegurar e transmitir. -----

----- Disse, ainda, que gostava de estar em condições de dar mais algumas novidades aos Deputados Municipais, não sabia se estaria presente até ao final da reunião, mas de qualquer modo queria dizer que estavam a trabalhar profundissimamente a ver se chegavam hoje a um ponto final no *dossier* do Parque Mayer. Chegariam seguramente, para um lado ou para o outro! Ou ainda com uma possibilidade de acordo com os proprietários do Parque, ou sem essa possibilidade. Hoje, porque havia calendários para cumprir, havia prazos para respeitar, à luz do mandato que se recebia! Havia Presidentes de Câmara que tinham a sorte de ter uma maneira de ser em que diziam “não fiz neste mandato recandidato-me para o próximo, faço para o próximo”. O mandato que lhe deram foi para quatro anos, desses já passaram dois e meio, portanto os prazos tinham que se estabelecer eram os prazos dentro do prazo maior, que o obrigava a cumprir aquilo que disse ao eleitorado que ia fazer. Por isso, compreenderiam que tivesse que impor esses prazos àqueles que consigo trabalhavam e colaboravam. Não eram prazos antidemocráticos, eram prazos que respeitavam os calendários da democracia, ou seja o mandato de quatro anos. -----

----- Mas esperava que mais uma vez ficasse comprovado que sabia ouvir, que sabia tomar boa nota dos reparos, que sabia ir confirmar no terreno se eram verdadeiras algumas observações que eram feitas, e que sabia adequar as decisões em relação aos objectivos que assumia publicamente e que eram verdadeiros, não eram aquilo que alguns cidadãos consideravam conversa de político. -----

----- Portanto, quando diziam que queriam Monsanto intangível, era verdade! Queriam Monsanto melhor vivido, melhor usado e melhor aproveitado em termos ambientais. Monsanto não era nem seria coutada só de alguns, Monsanto era propriedade do povo. Se alguém para lá levou um dia universidades ou outros equipamentos que implicaram alguma subtracção a Monsanto e a construção de betão, não foi ele, não era ele e não seria ele. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, disse que não interveio no período de Antes da Ordem do Dia porque o tempo do PS já tinha terminado, e se lhe fossem concedidos três ou quatro minutos na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura, isso poderia não ser tempo suficiente para que a questão do Colóquio sobre exclusão social, conceitos, causas e respostas na Cidade de Lisboa,

ficasse hoje inequivocamente esclarecida. Aliás, ficaria ainda mais esclarecida quando todos os Deputados Municipais recebessem o relatório que iria enviar ao Sr. Presidente, depois de aprovado pela Comissão. -----

----- Fazendo a história do Colóquio, disse que ele foi começado a preparar no ano passado, quando era Presidente da Comissão de Intervenção Social e Cultura a sua camarada, Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes, que posteriormente veio a substituir por razões de saúde de um familiar e só aceitou substituí-la por essa razão, do que, aliás, deu explicação à Comissão. -----

----- A Comissão, da qual já fazia parte, trabalhou sempre, mas sempre, em equipa. Nessa Comissão dava prazer trabalhar porque tudo era discutido e analisado, isso já vinha de trás e deu continuidade a essa forma de actuação. -----

----- E assim marcaram o dito Colóquio para o dia 25 de Maio. Durante a preparação todos tiveram oportunidade de dar nomes e fazer listas para se convidarem pessoas para os painéis e convidarem instituições para estarem presentes. Também foi acordado, porque havia críticas a outros Colóquios por não haver tempo suficiente de debate para as instituições participarem, que deveriam dar essa oportunidade a todos porque era sempre uma frustração para quem vinha não conseguir intervir. E não era difícil aprovar isso porque iria ser novamente incluído na Ordem de Trabalhos um ponto que já esteve agendado, apresentado pelo BE, sobre a problemática da exclusão social na Cidade de Lisboa. -----

----- Assim decorreu o Colóquio, e queriam até que o período de intervalo não se desse na altura para haver mais tempo para a intervenção. Portanto, foi um trabalho colectivo onde todos e todas puderam participar. -----

----- Na verdade, a colega Deputada Municipal Lurdes Queiroz não fazia parte da Comissão nessa altura, faziam então parte, pelo PCP, a Deputada Municipal Deolinda Machado e o Deputado Municipal Feliciano David, que ela substituiu, e depois mostrou-lhe o logotipo para dar opinião uma vez que passara a fazer parte da Comissão. -----

----- A seguir, concretamente no dia 8 de Junho, às 11 horas da manhã, tiveram uma reunião de avaliação do Colóquio, a Deputada Municipal Lurdes Queiroz já disse as razões porque não pôde estar presente, o que na altura lhes foi comunicado pela Deputada Municipal Deolinda Machado, e então fizeram o relatório de acordo com a análise da Comissão daquilo que tinha sido o Colóquio, naturalmente inserindo apenas o que consideravam de mais importante. -----

----- O que aconteceu, e que dizia com toda a clareza à Deputada Municipal Lurdes Queiroz, era que uma coisa era terem um documento escrito, porque às vezes o português era terrível, já que quando o tinham e depois faziam uma intervenção ao lado podia criar equívocos. É que quando a Deputada Municipal Lurdes Queiroz disse, no Colóquio, “porque já foi longa a contribuição dos nossos convidados para este debate” bom, ficou doente e deu a dizer para consigo “então estão aqui as pessoas de fora, as duas professoras, e está a dizer isto”. -----

----- Mas durante a preparação do Colóquio – e aí estavam os equívocos todos do português – quiseram fazer umas visitas às organizações de âmbito social e com alvos

muitos diversificados, e depois quando ouviu a intervenção da Deputada Municipal Lurdes Queiroz pensou: “então ela fazia parte da Comissão, não esteve na reunião, diz que na organização deste evento quisemos fazer uma visita às instituições, mas nunca propuseram”! De facto, a visita dos dois membros do PCP que faziam da Comissão não tinha nada a ver com a organização do Colóquio. -----

----- Portanto, houve equívoco porquê? Dizia-o ali, olhos nos olhos e frontalmente para arrumar a questão, que esperava, como disse na Comissão, que propusessem isso, porque com certeza iriam todos, para uma melhor preparação do Colóquio. Não punha em causa, de modo nenhum, todas as visitas que quisessem fazer, mas seria bom que fosse a Comissão toda porque se tratava de um trabalho colectivo. Aliás, aquando das conclusões, teve o cuidado de dizer que este era o trabalho de um colectivo. Não punha em causa, de modo nenhum, todas as visitas que quisessem fazer, mas teria sido bom se trabalhassem em equipa. -----

----- Portanto, a única coisa que esperava era que tivessem feito para a Comissão essa proposta, porque o compromisso que assumiram foi o de um trabalho em equipa e de tudo fazer. Mas isso era uma questão que competia ao PCP analisar. Gostariam que tivessem comunicado à Comissão que queriam fazer essas visitas, porque se calhar gostavam de acompanhar algumas que não conhecessem. Não foi feito assim, foram as duas Deputadas Municipais do PCP, que faziam parte da Comissão, que o quiseram fazer à parte. -----

----- Mas isso tudo criara uma situação que de modo nenhum podia ultrapassar o valor e a importância do Colóquio, sobre a exclusão social, que foi realizado. O Colóquio foi importante, viu-se que havia novas formas de intervir, e ele, na verdade, foi organizada para ouvirem e participarem – e aqui para a Deputada Municipal Graça Mexia – mas não para darem recados a ninguém, porque essa era uma intervenção num outro debate. -----

----- O Colóquio, conforme foi assumido por toda a Comissão, era para trazerem ali pessoas competentes, capazes, com saberes e com conhecimentos, e que deveriam pôr-lhes questões para elas informarem daquilo que gostassem de saber em termos teóricos e práticos. Depois, os recados cada um mandava-os como podia e como queria. Foi pena que a Sra. Vereadora não estivesse até ao fim, porque poderia também ter dado resposta a algumas questões que ali foram colocadas. -----

----- Portanto, houve alguns equívocos que esperava que não pusessem em causa a realização dos Colóquios, a dignidade com que eles eram preparados, a dignidade de todos os que neles participavam, quer os que eram convidados, quer os Deputados Municipais. Por conseguinte, foi um pequeno incidente que estava resolvido, quer pela intervenção que foi feita na Comissão pela Deputada Municipal Deolinda Machado, quer pelo que hoje ali foi esclarecido. -----

----- Por isso o Colóquio foi positivo, foi bom, deveria ter havido mais tempo para as pessoas das ONGs e das IPSS poderem intervir, porque muitas delas depois lhe disseram que saíram frustradas justamente por não poderem intervir, e que mais uma vez foram convidadas e não falaram. -----

----- A terminar, disse que esperava que os equívocos estivessem resolvidos e que não voltassem a surgir em próximos Colóquios. Mas era natural, o tema era a exclusão social, uma temática complicada, difícil, e portanto podiam acontecer equívocos, como aconteceram, se calhar até porque houve essas mudanças na Comissão e as pessoas não estavam integradas desde o início. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, referindo-se à intervenção da Deputada Municipal Ana Sara Brito, disse que era isto que engrandecia o debate democrático de uma Assembleia, e por isso lhes agradeciam. -----

----- Depois leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “Uma primeira análise à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, permite-me desde logo verificar que essa informação não existe. O que foi entregue a esta Assembleia foram páginas e páginas de descrição exaustiva do trabalho desenvolvido pelas mais diversas divisões municipais, durante períodos de tempo aleatórios, sem qualquer tipo de avaliação ou análise política. -----

----- Nem mesmo um índice numerado e correspondente ao conteúdo das centenas de páginas encadernadas que nos foi apresentado. -----

----- Consideramos que a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara a esta Assembleia é um instrumento legal e portanto obrigatório. Por isso mesmo, ela deverá ser elaborada de forma a nos informar e não de forma a nos entreter. -----

----- A título de exemplo, atentemos no conteúdo da página 24. Ficamos a saber que o motorista António Vilanova e o funcionário António Pereira da Silva, para além do serviço diário realizado, no período de 3 a 24 de Abril, distribuíram também expediente nas instalações municipais com a viatura 1675 e que em virtude desta sobrecarga de trabalho a mesma viatura passou a ser recolhida na residência do motorista. É sem dúvida humano. -----

----- No entanto demasiado humano, tendo em conta os restantes 10.000 funcionários municipais não mencionados neste relatório com igual zelo. -----

----- Mas há informações exaustivas que são importantes. Por exemplo na página 74, sermos informados que a Direcção Municipal de Projectos e Obras, efectuou demolições coercivas nos seus próprios edificios municipais, nomeadamente o edificio da Av. 24 de Julho que torneja com a Av. da Índia. Esta é não só uma informação muito útil como nos deverá merecer uma reflexão profunda, relativamente aos conceitos que presidem a este tipo de intervenções. -----

----- Pondo de lado os aspectos caricatos deste amontoado de folhas encadernadas que nos foram distribuídas, aquilo que gostaríamos de ver realçado num relatório do Sr. Presidente da Câmara eram as questões que verdadeiramente influíram na Cidade de Lisboa durante o período em causa. -----

----- Sobre a segurança na cidade, durante os dias de funcionamento do Rock in Rio em Lisboa, a segurança ficou muito aquém das expectativas, dado que os assaltos e actos de vandalismo foram uma evidência, em especial sobre viaturas, estabelecimentos e população. -----

----- Segundo dados da comunicação social, a situação ainda foi mais grave no que às esquadras de policia diz respeito, chegando a existir algumas onde apenas se encontrava um agente o que é de lamentar. -----

----- Um outro aspecto que gostaria de referir, e que não tem apenas a ver com o período da iniciativa, mas que é uma situação geral, trata-se da falta de limpeza e higiene que se vive na cidade, pois existem muitas ruas que não são lavadas e varridas e outros espaços em que desmatação não existe com os consequentes perigos para a saúde pública. -----

----- Tal situação provoca o aparecimento de muitos insectos, ratazanas e parasitas, o que para a Cidade de Lisboa é inadmissível e reflecte uma falta de respeito pelos cidadãos. -----

----- Os mercados de levante merecem também a nossa preocupação, e que esta informação nem sequer refere. -----

----- Trata-se de mercados de características especiais, não têm merecido a atenção desta vereação, uma vez que a sua conservação, limpeza e salubridade não são executadas com a periodicidade que merecem. Estamos a falar de produtos alimentares cuja higiene e conservação são essenciais para a saúde das pessoas, e como é do todos conhecido, estamos a falar de uma população que é a mais carenciada. O que pretende fazer? -----

----- Sr. Presidente da Câmara, nesta informação não consta qualquer intervenção ou previsão de intervenção nos bairros municipais, designadamente nas Salgadas, Quinta do Ourives, Vale de Fundão, Quinta das Laranjeiras, na Ajuda, entre outros. -----

----- É claro que esta situação não está desligada da taxa de execução (Objectivos do Plano) que até ao momento apenas se cifra em 7,73% e no caso da reabilitação, 1,23%, e estamos a falar no final de Maio. -----

----- Porque consideramos que as pessoas tem direito a uma habitação condigna, sendo a CML proprietário que detém todo este património, torna-se urgente a tomada de medidas de recuperação e conservação dos fogos, por forma a permitir que os seus moradores possam usufruir de uma habitação segura. -----

----- Como a informação nada refere sobre as demolições na rua das Açucenas e segundo a comunicação social, o Tribunal de Contas terá recusado o visto, deverá a CML dar uma informação à AML em que ponto se encontra a situação. -----

----- Uma outra questão que nos preocupa, como aliás temos vindo a afirmar desde o início do seu mandato diz respeito à actividade desportiva na cidade de Lisboa. -----

----- Como sabe, existiam com grande participação da população, nomeadamente jovens, nos Jogos de Lisboa que incluíam todas as modalidades e que V. Exa. anulou. -

----- Sempre que era interpelado sobre esta matéria, afirmava que os Jogos de Lisboa, não acabariam, e seriam dinamizados em novos moldes. O que aconteceu? Neste momento não existe nada. -----

----- Em nossa opinião os projectos dos Jogos de Lisboa, significavam e contribuíam para a prevenção da toxicodependência na Cidade de Lisboa. Ao serem interrompidos a CML deixou milhares de jovens sem actividade o que vem contribuindo para que os jovens sejam motivados para actividades ou atitudes menos saudáveis. -----

----- Pensamos que é urgente encontrar novas soluções para o desenvolvimento das actividades desportivas na cidade, de forma a que possibilite o enquadramento de milhares de cidadãos que neste momento se encontram totalmente desenquadrados e sem quaisquer actividades desportivas, lúdicas ou culturais. -----

----- Finalmente, Sr. Presidente da Câmara, ao que parece a cidade de Lisboa, tem hoje um novo monumento que merece anúncios para visitas guiadas, como sabe estamos a falar no célebre Túnel do Marquês de Pombal, será que V. Exa. pretende incluir esta actividade no roteiro turístico da cidade? Ao que chegamos Sr. Presidente da Câmara.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que acreditava na democracia partidária, aliás achava que não podia haver democracia sem partidos políticos, e, portanto, não questionava o facto das pessoas exercerem cargos eleitorais em simultâneo com cargos partidários. -----

----- Mas sendo o Sr. Presidente da Câmara uma pessoa tão influente no País e no seu partido pelo cargo que exercia, como, aliás, já confessara numa célebre notícia que deu ao Expresso onde disse que falava com o Sr. Primeiro-Ministro todos os dias e ainda há dias disse: “combinei o Congresso do PSD com o Sr. Primeiro-Ministro”, a grande mágoa que Lisboa tinha era que o Sr. Presidente da Câmara não exercesse essa sua influência em defesa da cidade e se deixasse enredar por tacitismos à espera de uma suposta indigitação de candidato presidencial, que até agora ainda não aconteceu, quiçá até injustamente porque tem “dado o litro” pelo actual Governo. E como tem “dado o litro” pelo Governo, o Sr. Presidente da Câmara era responsável pelo que de bom e de mau acontecia no Governo, e, infelizmente, tem acontecido muito de mau, particularmente na Cidade de Lisboa. -----

----- Daí que o Sr. Presidente da Câmara não gostasse de ouvir, mas sendo um democrata ouvia estas coisas – reconhecia-lhe isso – sempre com *fair play*, e sabia muito bem que ao denunciar era conivente. Portanto, de tudo o que estava a acontecer no País o Sr. Presidente da Câmara era também o segundo responsável, porque todos sabiam que o Dr. Durão Barroso não tomava decisões cruciais sem falar com o Sr. Presidente da Câmara, que, aliás, já o disse e eles sabiam. -----

----- Portanto, Lisboa estava pior, estava mal, estava com mais desemprego, estava com mais problemas de saúde nos hospitais, as escolas estavam a fechar, a insegurança aumentava, e o Sr. Presidente da Câmara não levantava a voz, não protestava, não dava um murro na mesa porque não se queria incompatibilizar com o líder do seu partido, porque, quiçá, poderia haver aí uma espécie de indigitação, e isso com prejuízo da Cidade de Lisboa. -----

----- E o Sr. Presidente da Câmara podia estar descansado pois ele não pertencia ao número daqueles que mudariam de país se algum dia assumisse um outro cargo em Portugal. Mas era evidente que a Moção que apresentaram relativa aos resultados eleitorais, que iriam aprovar na próxima Sessão, só demonstrava os maus resultados que a direita teve e a indignação do povo português para com o Governo, e o Sr. Presidente da Câmara teria que ser responsabilizado por isso porque era tão responsável como a Sra. Ministra Ferreira Leite, como o Sr- Primeiro-Ministro, como

o Sr. Ministro Bagão Félix, pelas políticas anti-sociais e injustas que estavam a ser cometidas com grande prejuízo para as pessoas. Se não perceberam isso erradamente estavam, e oxalá continuassem errados porque o PS ganhava daqui a dois anos. Mas não desejava isso para bem do povo português. Que mudassem de política, que influenciassem a mudança de políticas porque assim é que devia ser feito, porque o País estava mal e quem não percebia isso estava com a cabeça enterrada debaixo da areia tal como as avestruzes. -----

----- Continuando, disse que ouviu a informação do Sr. Presidente da Câmara sobre o estado da cidade e sobre aquilo que foi desenvolvido nos últimos três meses, e já que Lisboa estava sempre em festa, em jeito de laracha dizia-lhe que incluísse as excursões ao Túnel do Marquês nas Festas da Cidade, porque assim o folclore ficava mais completo. -----

----- Mas do essencial tomaram hoje nota que a administração da EPUL ia ser substituída. Não fazia comentários sobre ninguém, o Sr. Presidente da Câmara era o responsável, estava a mudar, estava no seu direito, todos constatavam que a empresa tinha dificuldades óbvias em executar aquilo que a Câmara tinha: o programa “Lisboa a Cores”, os programas de reabilitação estavam muito bem nos *outdoors* mas ainda não havia nada palpável, oxalá isso pudesse vir a ser uma realidade para bem da cidade porque não queria o “tanto pior tanto melhor”. -----

----- Só que o Sr. Presidente da Câmara falou agora que a EPUL ia ser envolvida no Parque Mayer, e uma primeira constatação era que o Sr. Presidente da Câmara conseguira a proeza de até agora ter já gasto praticamente meio milhão de contos no Parque Mayer e ainda nem um tijolo foi posto para a sua recuperação. O Arqtº Frank Gehry já recebera não sabia quanto, parece que foi a EPUL que pagou, mas até agora o Parque Mayer estava a zero. E, finalmente, o Sr. Presidente da Câmara anunciava que começava a ter ideias. Muito bem, conversariam sobre elas, se era que as tinha, porque estavam disponíveis para conversar sobre isso já que entendiam que aquilo não poderia continuar assim, e era uma promessa do Sr. Presidente da Câmara já muito gasta que necessitava de andar para a frente porque Lisboa estava no estado em que estava. Portanto, ficavam à espera com curiosidade para ver qual era a solução que o Sr. Presidente da Câmara tinha na manga. -----

----- Depois, sobre Monsanto, disse que o Sr. Presidente da Câmara lhes disse ali para ficarem tranquilos porque os projectos já não tinham todas aquelas coisas preocupantes para o parque, que a Feira Popular já não ia para lá, que o hipódromo também já não ia para lá, e anunciou, em vez disso, um parque de diversões e um clube hípico, e não duvidando da sua sinceridade tinham o direito de ter sérias dúvidas se isso era para melhor ou para pior, e se a cidade ia ficar melhor ou pior. E, portanto, não bastava mostrar uma maquete, desde já lhe solicitava toda a informação e disponibilizava o PS para uma reunião a fim de poderem aprofundarem essa matéria e saberem o que se pretendia fazer concretamente, porque se entendessem – e também desde já fazia esta comunicação à Assembleia Municipal – que a mudança era para pior, e que por exemplo o clube hípico poderia ser uma porta aberta para que se

instalasse mais tarde o hipódromo, o PS iria promover um referendo popular sobre as intenções do Sr. Presidente da Câmara para o Parque de Monsanto. -----

----- E se o promovesse desde já convidava o PCP, o BE e o PEV para que rapidamente criassem uma plataforma, sem nenhuma preocupação de hegemonia partidária, no interesse da cidade para que analisassem esse projecto e se entendessem que ele não era bom para a cidade promovessem um referendo popular, portanto recolhendo assinaturas, para que a cidade se pudesse pronunciar. -----

----- Não queria pôr o carro à frente dos bois nessa questão, queriam conhecer melhor o projecto que agora foi anunciado, se fosse bom para a cidade não haveria necessidade de avançar com essa intenção, mas se de facto entendessem que estavam perante uma proposta que era uma porta aberta para que Monsanto viesse a perder as suas características ecológicas, o PS desde já anunciava que iria promover um referendo popular e convidava as outras forças políticas, sem nenhuma intenção hegemónica, para a criação dessa tal plataforma para recolherem assinaturas e para que esse referendo pudesse ser uma realidade o mais breve possível. -----

----- **O Deputado Municipal João Martins (PEV)**, no uso da palavra, disse que em 22 de Julho de 2003 o PEV apresentou uma recomendação, que a Assembleia Municipal aprovou, sobre o relançamento de uma publicação de informação e divulgação sobre Lisboa e o Urbanismo. Em 17 de Outubro do mesmo ano, a Sra. Vereadora Eduarda Napoleão dirigiu um ofício ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a informar que a Câmara apenas suspendera a publicação com vista a analisar os futuros moldes de uma outra para sua substituição, que teria ela também o objectivo de ser mais um espaço de debate de instituições na questão do urbanismo, e que na altura já tinha a Câmara Municipal formulado um convite ao Sr. Prof. Sidónio Pardal para a direcção e coordenação científica da nova publicação, que se pretendia lançar no final do ano de 2003. -----

----- No entanto, como já passaram quase seis meses após a data prevista, o PEV gostaria que fosse informado qual o motivo dessa demora e para quando a Câmara Municipal previa o seu lançamento. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, disse que o Sr. Presidente da Câmara, na sua intervenção, referiu-se ao grande evento que ocorrera no Parque da Bela Vista, o Rock in Rio. Como era sabido, e ali o disseram várias vezes, não foram entusiastas em relação à realização desse evento nesse magnífico parque, mas também, depois de tomada a decisão, nunca disseram que iriam boicotar ou fazer qualquer acção para que essa iniciativa não pudesse ser uma grande iniciativa. -----

----- Felizmente, depois da Junta de Freguesia ter sido chamada a colaborar na Comissão que realizou o Rock in Rio, tarde e a más horas mas entraram, foi possível tomar algumas medidas que minimizaram alguns impactos negativos que certamente o aglomerar de tanta gente naquele espaço poderia provocar. -----

----- E tiravam como conclusão mais positiva dessa iniciativa a imagem que foi dada pela população dos bairros de Marvila, e de Lisboa, que se calhar ao contrário do que alguém estaria à espera deram grande mostra de civismo e de compreensão em relação

a alguns transtornos que houve, nomeadamente quanto aos foguetes, lançados cerca das duas/três horas da manhã e que de certa forma perturbaram crianças e idosos que com certeza prefeririam passar as noites sossegados. Mas, enfim, entendia que a população se portara com toda a dignidade, e outra coisa não seria de esperar da população de Marvila e seus bairros. -----

----- Mas, já agora, uma vez que a iniciativa terminara no dia 6 de Junho e que o Sr. Presidente da Câmara sempre assumira a responsabilidade de que após a iniciativa o parque iria ser devolvido à população melhor equipado, melhor infra-estruturado, etc. ia pedir-lhe três ou quatro esclarecimentos para que depois também ele pudesse esclarecer a população de Marvila em relação àquilo que a esperava. -----

----- Que medidas estava a Câmara a tomar para repor o Parque da Bela Vista em condições, para que a população lisboeta o pudesse usufruir, aliás de acordo com a recomendação aprovada pela Assembleia Municipal, por unanimidade? -----

----- Para quando a sua abertura ao público, tal como sempre foi prometido pelo Sr. Presidente da Câmara, ou seja, que o parque iria ficar melhor equipado e estruturado, mas para isso era preciso a remoção dos entulhos, das vedações e dos inertes que ainda lá estavam? -----

----- Existiam dois polidesportivos no parque cuja gestão e manutenção estava entregue à Junta de Freguesia de Marvila. Naturalmente para este evento foram requisitados pela Câmara para os meses de Maio e Junho para instalação das infra-estruturas de apoio na área da restauração, pelo perguntava para quando a sua devolução à população em condições de poderem ser utilizados, sem qualquer barreira por parte de quem o pretendesse fazer. -----

----- Lembrava, aliás, que o Parque da Bela Vista não era um parque para a população de Marvila, era também para a população de Marvila, mas era um património da cidade e para todos os seus cidadãos. -----

----- Por fim, lamentou que o Sr. Presidente da Câmara se continuasse a esquecer, ou então a fazer letra morta, do Despacho 308/2002, onde se comprometia, com a Câmara a que preside, a previamente informar, oralmente ou por escrito, todas as iniciativas e obras que se pretendiam realizar em cada uma das freguesias da cidade, e o Sr. Presidente da Câmara já anunciara a repetição do Rock in Rio em 2006, primeiro sem saber se continuava a ser Presidente da Câmara, segundo sem que tivesse sido feito um balanço sério dos prós e contras do Rock in Rio de 2004, e, terceiro, sem conversar com os autarcas da Freguesia de Marvila. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Sabino (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que há um ditado que diz “vale mais tarde do que nunca”. De facto, ao fim de dois anos de luta para conseguir, como autarca de Marvila, que fosse aberta à população a estação do Metro que servia os bairros do Armador e da Flamenga, estavam presentes os colegas da Comissão de Urbanismo que podiam testemunhar que até junto da Administração do Metro foram, mas que dizia que aquilo não fazia falta, quando efectivamente fazia porque havia ali muita população. A entrada estava feita há muito mas só agora foi aberta! -----

----- Lamentava que fosse preciso ir para aquela área o Rock in Rio para que tal acontecesse. Entenderam que aquilo era preciso para a população de fora, esquecendo-se que já antes era preciso para a população de Marvila que tanta falta lhe fez, que tantos roubos sofreu por aquela estação não estar aberta. -----

----- Disse, depois, que estava certa que o Sr. Presidente da Câmara iria dar uma “forcinha” a uma petição sua de longa data. Referia-se a um estudo que fez há oito anos sobre a história de Marvila, e a “César o que é de César”, porque se aquela parte se chamasse Chelas, era Chelas. Mas não era nem nunca foi! Aquelas eram as quintas de Marvila, num estudo pormenorizado que fez há oito anos. -----

----- E agora, quando o Rock in Rio foi para ali, ficou perplexa. Como autarca já velha ficou a olhar! Era Chelas, tudo o que ali acontecia era de Chelas, tendo Chelas o estigma que tinha de que tudo que era Chelas não prestava, eram desordeiros, era do pior. E agora era “a cidade do rock”, era o Parque da Bela Vista. -----

----- Portanto, pedia ao Sr. Presidente da Câmara que uma vez por todas repusesse a verdade, pois aquela zona era o Bairro da Bela Vista, da Freguesia de Marvila. Chelas não era, nunca foi e acreditava que nunca viesse a ser. Esperava a interferência grande do Sr. Presidente da Câmara, como teve agora para poder abrir a estação do Metro. ----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Vieira (PCP)**, no uso da palavra, disse que pretendia colocar duas questões que já foram alvo de algumas perguntas na Assembleia Municipal, em momentos diferentes, alvo também de requerimentos aos quais foi respondido, na sua opinião sem responder às questões de fundo e à matéria de facto, e por ausência dessas questões estarem relevadas e por serem importantes para a cidade na informação hoje produzida, e ainda de coincidirem no período em apreço que estavam hoje a analisar, colocava-as directamente ao Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Tinham a ver, segundo disse, com a situação em que ponto se encontrava o problema da Carris, tendo em conta que a Câmara Municipal participara num grupo comum, criado por despacho do Sr. Ministro, que em conjunto com a Carris produzira um relatório que já foi entregue ao Sr. Ministro, e nem a Câmara nunca discutiu a sua participação nesse grupo, como também não decidira do seu especial interesse e coincidência de opiniões com o Ministério, e igualmente a Assembleia Municipal sobre isso não se pronunciou, mantendo-se, portanto, uma ausência de resposta de facto. -----

----- E estranhava, tendo em conta a acutilância do Sr. Presidente da Câmara em tentar nalgumas coisas mediatizar muito, que não tivesse tido a preocupação de chamar a si a audição daqueles que eram parte importante no processo, ou seja, os trabalhadores da Carris que tanto têm lutado e pugnado pela existência de um efectivo sistema de transportes públicos na cidade, adequado à realidade urbana que hoje tinham, mas que não têm sido tidas em conta as suas propostas. -----

----- E registavam isso porque se decidiu não ouvir aqueles que mais directamente sofriam as consequências e as sentiam directamente em relação às malfeitorias que têm sido feitas para o conjunto dos utentes e da população da Cidade de Lisboa. -----

----- Aliás, os trabalhadores da Carris, tendo em conta que as suas greves causavam problemas de facto, mas não eram por sua vontade mas sim de quem tutelava a empresa e do Conselho de Administração, portanto seriam por vontade de muita gente mas não deles, em três momentos pararam a luta e deram condições para que se encontrassem caminhos em termos de soluções para a empresa. -----

----- Lamentavam, portanto, que a Câmara não tivesse tido o cuidado de se pronunciar também ouvindo os trabalhadores que eram uma parte importante, e que hoje mesmo distribuíram uma tarjeta à população, de que dava nota, como dava nota que os autocarros que deveriam estar a circular não estavam porque estavam avariados nas oficinas já que foram despedidos trabalhadores dessas oficinas; que tinha aumentado o tempo de espera na paragem dos autocarros e que isso prejudicava os cidadãos da cidade como aqueles que nela trabalhavam; que tem sido feita uma campanha indigna sobre os trabalhadores da Carris, até alimentada com folhetos por uma empresa que dizia que tinha dificuldades financeiras e que distribuiu milhares desses folhetos com o dinheiro do erário público mentindo acerca do verdadeiro horários feito pelos trabalhadores, que eram nove horas diárias seguidas de condução com todos os perigos inerentes que isso representava para a segurança das pessoas. -----

----- Por fim, porque a Câmara tinha especiais responsabilidades e até tinha um Vereador que fazia parte do Conselho de Administração do Metro, pretendia dizer que agradeciam a resposta dada pelo Metro como também agradeciam a resposta não dada, ou seja, o tempo médio das circulações do Metro não era o problema, o problema era o tempo de espera que aumentara exponencialmente e que hoje andava, nalguns períodos do dia, na ordem dos 15 a 20 minutos para se apanhar o Metro na Cidade de Lisboa. Isso não era melhorar o sistema de transportes, não era torná-lo mais atractivo, antes pelo contrário, pelo que também sobre isso deveria haver uma palavra na informação, se mais não fosse para dizer que não conseguiram resolver o problema. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que este ponto da Ordem de Trabalhos era efectivamente um ponto muito importante como o Sr. Presidente da Câmara teve o cuidado de enunciar. Apetecer-lhe-ia dizer até que, lamentavelmente, estavam com pouco tempo, e ele próprio também estava com pouco tempo visto que o estavam a informar que só tinha um minuto, mas dizia que estavam com pouco tempo porque, inquestionavelmente, para esta importância do ponto a Assembleia mereceria mais *quorum*, mais participação, mais envolvimento. -----

----- Mas, de qualquer maneira, pretendia, muito rapidamente, deixar duas notas, a primeira das quais relacionada com o estudo de impacte ambiental para o Túnel do Marquês. O Sr. Presidente da Câmara não se tinha referido a essa matéria, era certamente uma matéria importante e por isso lhe pedia que elucidasse o que tinha para lhes dar de novo. Ou seja, houve a decisão do tribunal, houve a resposta do Sr. Presidente da Câmara, houve o recurso e houve depois, ao que parecia, a encomenda do estudo de impacte ambiental. Portanto gostavam de saber qual o ponto da situação.-

----- Por outro lado, gostavam também de saber como foi feita a adjudicação. Pensava que o Sr. Presidente da Câmara já se teria pronunciado sobre isso, mas como não teve oportunidade de ler desejava que informasse a Assembleia sobre essa matéria. -----

----- Numa segunda nota, que se relacionava com a intervenção no património, disse que a Câmara estava a ter uma intervenção no imobiliário para a recuperação de fachadas dos prédios, e também alguns telhados, e queria questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre uma empreitada que estava a decorrer no Bairro 2 de Maio, na Ajuda, uma empreitada muito curiosa sobre a qual já falara na Assembleia Municipal questionando directamente o Sr. Vereador Pedro Pinto, há dois anos e meio. Na altura foi-lhe dito, e posteriormente foi cumprido, que o processo estava em fase de adjudicação porque o Sr. Vereador lhe entregou o processo de adjudicação. Mas, curiosamente, a empreitada continuava mas estavam a assistir a uma fase nova que era os prédios que tinham sido pintados de azul estavam agora a ser pintados de branco, enquanto que a maior parte dos prédios que ainda não tinham sido pintados continuavam à espera. -----

----- Mas, mais grave que isso, e esta era uma questão muito directa, é que soube, porque a população teria sido informada, que as intervenções nesta fase começaram por uma intervenção global, em que havia também intervenção nos próprios imóveis, e agora foram informados que as únicas intervenções seriam a pintura dos prédios. ----

----- Tratando-se de prédios onde as fossas estavam a céu aberto e onde as ratazanas andavam a passear na rua, desejava convidar o Sr. Presidente da Câmara para, quando pudesse, se disponibilizar a visitar, com o PS, as ratazanas do Bairro 2 de Maio porque podia ser que então se alterasse o panorama. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que em primeiro lugar ia abordar um problema de método de trabalho e de funcionamento da Assembleia Municipal, e da sua relação com a Câmara Municipal de Lisboa. Receberam, em devido tempo, o livro que de acordo com os prazos regimentais o Sr. Presidente da Câmara lhes fazia entregar, relativo ao balanço dos últimos três meses, no entanto esse documento, importante pelo conteúdo dos milhares de informações que tinham aquelas páginas todas, não trazia, de início, aquilo que para o BE era fundamental, que era saber qual a opinião do Sr. Presidente da Câmara sobre quais foram as questões centrais do ponto de vista estratégico e determinante para a cidade nesse período, nomeadamente as que se resolveram e as que estavam em marcha para se resolverem. Apenas receberam hoje de manhã um documento que não fazia parte desse livro que receberam, que estava fora dos prazos regimentais e que, portanto, não poderiam aceitá-lo como documento na Assembleia. Naturalmente esse documento não existia. -----

----- Mas, pior do que isso, era que o Sr. Presidente da Câmara hoje chegou à Assembleia e apresentou um conjunto de coisas, que tinha todo o direito de apresentar naturalmente, mas que nem sequer conheciam e, portanto, a dúvida que lhe ficava quanto ao método é por que era que, em termos de conteúdo, o Regimento previa que a informação do Presidente da Câmara tinha que chegar à Assembleia uns dias antes, e depois no próprio dia da reunião recebiam um conjunto de informações que não

puderam estudar e analisar. Mais valia retirar do Regimento que a informação escrita do Presidente da Câmara não era entregue uns dias antes, já que no momento concreto do debate apareciam algumas coisas novas. -----

----- Disse que não tinha problema que houvesse coisas novas, pelo contrário, mas sugeria que procurassem como método, para que pudessem todos dar um contributo positivo para a cidade, que as informações lhes chegassem tão cedo quanto possível, incluindo as últimas, para que os Deputados Municipais se pudessem preparar e não chegar ali e verem-se confrontados com uma série de informações de última hora e não saberem como se posicionar sobre elas. -----

----- Seguidamente, referiu que o Sr. Presidente da Câmara disse, e bem, que um conjunto de factos e de actos centrais que tem havido em Lisboa demonstraram a capacidade organizativa espectacular dos serviços da Câmara. Não tinham dúvidas sobre isso, a única coisa que anotavam era que essa capacidade se centrava num conjunto de actos com importância para a cidade naturalmente, mas gostavam depois de fazer o balanço como era que essa capacidade organizativa dos serviços da cidade não tinha eficácia num conjunto de outros actos, nomeadamente nas questões sociais que têm levantado. -----

----- Mas o que para o BE era mais duvidoso neste balanço, era que ouviram um relatório de um conjunto de coisas, quer no que vinha no livro, quer naquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse de importante, mas faltava-lhes ali uma coisa que achavam que era fundamental em qualquer momento, que era saber na estratégia como estavam a evoluir as questões centrais da cidade, quais os empecilhos e como as iam resolver. -----

----- Como estava a evoluir o problema de aumentar a velocidade do trânsito na cidade? Ou seja, medidas sobre as faixas BUS que eram fundamentais, ruas só para transportes públicos. Houve mais uma zona da cidade que deixou de ter carros privados, ótimo Sr. Presidente da Câmara, estavam de acordo com isso, mas isso não estava a resolver o problema central da cidade que era melhores transportes públicos, prioridade ao transporte público sobre o transporte privado. Não podia ser só fechar algumas zonas históricas da cidade, tinha que ser faixas BUS, e quais as medidas sobre isso? -----

----- Disse que estava na estratégia do Sr. Presidente da Câmara a questão dos parques de estacionamento para os moradores e os silos. Já de outra vez falaram sobre isso, pelo que perguntava quais as medidas concretas que estavam a ser tomadas para resolver o problema. -----

----- Por outro lado, estava no programa do Sr. Presidente da Câmara, como estava também no do BE, que eram fundamentais os parques de estacionamento dissuasores em redor da cidade, com três condições: gratuitos para quem tivesse passe social, seguros e junto dos terminais dos transportes públicos. Essa era uma questão estratégica para retirarem os carros da cidade. Qual é a direcção que a Câmara está a assumir para resolver esse problema? -----

----- Sabia que estavam na Ordem de Trabalhos desta Sessão as propostas para as Sociedades de Reabilitação, mas ainda não encontraram uma resposta global

estratégica para um problema central da cidade que vinham levantando sucessivamente. Qual é a estratégia, neste momento, para se acabar com a evolução de que em 12 anos passaram de 30.000 habitações devolutas para 75.000? -----

----- Disse, ainda, que tomaram nota do exercício do poder que o Sr. Presidente da Câmara tinha para demitir o Conselho de Administração da EPUL, mas ficava-lhes uma dúvida. O actual Conselho de Administração da EPUL ia ser indemnizado pelos anos de contrato que não cumpriu? É que, a ser assim, gostavam de saber quanto custava à Câmara nomear um Conselho de Administração e depois demiti-lo para nomear outro. -----

----- Por fim, disse que gostava que o Sr. Presidente da Câmara se tivesse pronunciado sobre um problema que o BE havia colocado no início desta reunião, saudando a sua atitude de pedir a demissão do comandante da Polícia Municipal. Mas levantaram mais uma questão: qual foi a pergunta que o Sr. Presidente da Câmara fez ao Conselho de Administração da EGEAC sobre ter tido em sua posse, desde o dia 27 de Maio, uma carta com carácter anticonstitucional, racista e xenófoba do comandante da Polícia Municipal, se o Conselho de Administração da EGEAC tomou posição sobre isso e qual foi a posição que o Sr. Presidente da Câmara tomou sobre esse Conselho de Administração? De resto, estavam de acordo com a posição que o Sr. Presidente da Câmara tomou, naturalmente depois de vários protestos feitos, quer dos partidos políticos, quer de associações anti-racistas. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que ao analisarem a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, no que dizia respeito ao desporto, ficavam com a sensação que estavam a ler um diário de actividades realizadas, onde se inscreviam os telefonemas realizados, os officios enviados, onde se falava na preparação de tabelas para apoiar a elaboração de relatórios para avaliação das carências, a participação na assistência da Sessão Solene do Grupo dos Nove. Ficaram também a saber que no dia 1 de Maio teve lugar uma reunião com o Dr. Mário Teixeira, enfim, parecia muito trabalho mas na prática todos sabiam o que a Câmara tinha feito nessa área: muito pouco ou quase nada. -----

----- Em primeiro lugar, ainda não perceberam quem era o responsável político por essa área, se era o Sr. Presidente da Câmara, se era o Sr. Vereador Moreira Marques, se era um trabalho de equipa onde as tarefas não estavam bem definidas. Por isso perguntava se o Sr. Presidente da Câmara podia explicar como estava organizado o trabalho político nessa área. -----

----- Em segundo lugar, pretendia saber que apoios já foram concedidos às colectividades para a prática desportiva em 2004, porque as colectividades reclamavam falta de apoio, de articulação e de diálogo com a Autarquia. -----

----- Em terceiro lugar, perguntou que iniciativas levou a cabo a Autarquia na promoção da prática desportiva na cidade. Provavelmente nenhuma pois na informação escrita nada era dito sobre o assunto. Os “Jogos da Cidade” morreram, a iniciativa “Lisboa Cidade Desportiva” estava enterrada, enfim, era a falta de iniciativa também nesse Pelouro. -----

----- Em quarto lugar, perguntou para quando o novo pacote de novas piscinas a construir na cidade, para que fosse cumprida a promessa eleitoral de uma piscina por bairro. Recordou que, por exemplo, Carnide tinha 20.000 habitantes e continuava sem ter uma piscina. -----

----- Aliás, ainda nesta área, desejava recordar ao Sr. Presidente da Câmara e à Assembleia Municipal que no dia 29 de Outubro de 2003 foi aprovada, por unanimidade, em Sessão de Câmara a proposta 649/2003, que contemplava a transferência, em 2003 e 2004, de 2.470.000 euros para dez Juntas de Freguesia, para a construção e recuperação de quinze equipamentos desportivos na cidade, mas passados quase oito meses o Sr. Presidente continuava a não cumprir essa deliberação, pois das dez Juntas de Freguesia sete já receberam as verbas a que tinham direito mas três continuavam sem resposta. Era um acto discriminatório para Carnide, Marvila e Alcântara, e um acto que punha em causa o bom nome de uma instituição chamada Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Como era possível que o Sr. Presidente da Câmara não respeitasse e fizesse cumprir as decisões aprovadas em reunião de Câmara? Não foram promessas, foram decisões que não estavam a ser respeitadas! Era uma falta de respeito para com o Sr. Vereador que apresentara a proposta e que trabalhara no sentido da sua apresentação, o Vereador Pedro Feist, era uma falta de consideração para com três Juntas de Freguesia que já assumiram compromissos no âmbito dessa proposta, e era uma falta de respeito também para com os dirigentes das colectividades e as populações pois foram assumidos compromissos por parte da Câmara no sentido da concretização atempada dessas obras. -----

----- Por isso, em nome do bom-senso e da legalidade, apelava ao Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez, no sentido da rápida execução dessa decisão unânime da Câmara Municipal de Lisboa, e perguntava para quando a transferência de verbas para essas três Juntas de Freguesia. -----

----- Por fim, disse que a Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto, a que preside, continuava a aguardar resposta a um pedido de reunião com a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, formulado em Setembro do ano passado. Entretanto outros ofícios foram seguindo para o Gabinete da Sra. Vereadora reforçando o pedido, mas, infelizmente, até hoje nenhuma resposta foi dada: nem sim, nem não. Nesse sentido, quanto mais não fosse pelo respeito institucional que deveria existir entre os dois órgãos, reforçava, agora em Plenário, mais uma vez o pedido de reunião da Sra. Vereadora com essa Comissão. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, disse que queria colocar o problema das empresas de *catering* no fornecimento das refeições às escolas básicas, atendendo a que leu notícias recentes em jornais, mas porque apenas tinha um minuto para intervir desejava apenas frisar o seguinte. -----

----- No ano passado, na Assembleia como na Câmara, o PCP absteve-se nessas matérias, por um lado para dar o benefício da dúvida, por outro porque o ano lectivo estava a decorrer e as crianças teriam que ter as suas refeições asseguradas. E, neste momento, o que lamentavam era que as críticas dos pais e dos alunos continuavam,

não tinham informação nenhuma em relação à avaliação que estava a ser feita ao fornecimento dessas refeições, e lamentavelmente também verificavam que para o próximo ano lectivo a situação se iria manter uma vez que a Câmara iria aprovar uma proposta para um fornecimento internacional às cantinas. -----

----- Mas essa situação do ponto de vista do PCP era inaceitável, uma vez que consideravam que o recurso às empresas de *catering* deveria realmente ser o último recurso. O que se deveria era investir em obras nas cantinas para que a comida fosse de melhor qualidade. -----

----- A terminar, disse que o Sr. Presidente da Câmara anunciou hoje uma série de novidades, mas era preciso haver obra. Já lhe foram colocadas hoje algumas questões, que o PCP subscrevia, mas queriam saber da obra feita nestes meses. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, deu a palavra à Câmara para responder às questões que foram colocadas. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, começou por responder à Deputada Municipal Luísa Sabino sobre a questão de Chelas, dizendo que já leu a história e que tinha ideia de já ali terem falado nisso uma vez. Mas achava que deveriam virar a questão ao contrário: o que é de Chelas é bom, e não pensar-se que tudo o que é de Chelas era mau, o nome de Chelas não tinha problema nenhum. Diz-se que Chelas vem de *Shell* devido às conchas que havia naquele solo, e se fosse *Shell* se calhar não faria a mesma impressão. Mas se o Sr. Presidente da Junta e todos estivessem de acordo trabalharia nesse sentido, não tinha nada em contrário. Aliás, já tiraram as letras, por exemplo já não havia “Zona J”. -----

----- Em relação ao estudo de impacte ambiental, questão referida pelo Deputado Municipal Dias Baptista, disse que não encomendou só quando teve conhecimento da resposta ao requerimento. Imediatamente após as primeiras notícias que houve encetara diligências, mesmo formais, para encomendar o estudo. Depois houve uma comissão, constituída pelo Dr. Testas e mais dois juristas, que fez uma consulta, julga que a três empresas indicadas pela Universidade Nova, e foi adjudicado com base num relatório que elaboraram e que podia fornecer aos Srs. Deputados Municipais com todo o gosto. Mas desejava sublinhar que a encomenda do estudo foi logo no início do processo, não agora depois do requerimento. Enfim, mal foi notificado da primeira sentença. -----

----- Quanto à questão da Carris, colocada pelo Deputado Municipal Eduardo Vieira, disse que tomou nota da vontade reiterada dos trabalhadores dessa empresa serem recebidos, nomeadamente os seus representantes, achava que era uma boa sugestão. --

----- Relativamente à questão posta pelo Deputado Municipal Carlos Marques sobre a informação escrita, disse que às tantas não sabia como fazer. Desta vez veio a lista das iniciativas, como era sabido a informação tinha tido sempre comentários: ou se dizia tudo, ou se não dizia, ou se vinha de uma maneira ou de outra, ou se vinha numerada ou não vinha numerada, e de facto pensava que a lista das iniciativas deveria ser feita. Nada obrigava àquilo que o Deputado Municipal Carlos Marques chamou “comentário” ou “opinião” do Presidente da Câmara, que, no entanto, fez questão em distribuir. -----

----- O tempo foi efectivamente pouco e, de facto, com tantas reuniões da Assembleia Municipal e o contacto que tinham, com certeza os Deputados Municipais sabiam tudo o que se passava na Câmara. Portanto, com franqueza, preferia estar ali em debate com os Deputados Municipais do que estar a escrever aquela lista, até porque chegando ela à Assembleia na quarta-feira, à velocidade a que trabalhavam como entretanto se passaram cinco dias já aconteceram muitas coisas. Nisso o Deputado Municipal Carlos Marques tinha razão, se trabalhassem devagar o mesmo não se verificaria, mas a esse ritmo desde quarta-feira até hoje já muita coisa tinha acontecido. -----

----- Portanto, estava de acordo com a sugestão, a sua informação ser distribuída no dia, se a Assembleia estivesse de acordo. -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Carlos Marques tocava normalmente questões importantes. Falou das faixas BUS, e realmente têm andado a estudar as ruas onde era possível, havia uma ou duas onde queria que fosse aquela solução das faixas centrais, mas que se tinham revelado difíceis na prática. Neste momento a que estava praticamente escolhida era a Rua da Junqueira onde de facto era possível em termos práticos materializar a faixa BUS e podia garantir que seria feita. -----

----- Sobre parques para moradores disse que o da Praça de Londres, embora não fosse só para moradores, estava pronto e seria inaugurado dentro de dias, o da Calçada do Combro estava em construção, e o das Portas do Sol, só para moradores, tal como o da Rua Damasceno Monteiro, estavam os projectos entregues e prontos para adjudicação pela EMEL. O parque do Chão do Loureiro estava um pouco mais atrasado em termos de projecto porque era mais complicado, mas os outros estavam prontos de facto. Já não falava no da Rua Vitorino Damásio, que também era para o público, e que estaria pronto no próximo mês de Julho. -----

----- Portanto, estava de acordo com o Deputado Municipal Carlos Marques, tomou nota da melhoria dos transportes públicos, que efectivamente não dependiam só da Câmara, mas andava em cima dessa matéria a ver se conseguia, mesmo nas faixas principais, tomar algumas medidas nesse sentido. -----

----- Relativamente ao facto de ter demitido o comandante da Polícia Municipal, disse que gostava de sublinhar que foi algo que não lhe agradou. Queria dar ali uma palavra ao Sr. ex-comandante, Subintendente Almeida Rodrigues, que desempenhou as suas funções com empenho e com dedicação, e cujo valor e integridade não punha em causa. Nem sequer queria admitir que ele quis dizer o que acabara por dizer, porque acreditava que a sua formação não o levaria a isso. Acreditava, estava a falar com sinceridade, e queria-lhe agradecer, publicamente, todo o trabalho que desenvolveu. --

----- Agora, ele tinha que compreender, é assim a vida, que não o podia deixar continuar em funções, e por isso pediu ao Sr. Ministro da Administração Interna para o exonerar. Pediu ao seu Chefe de Gabinete para lhe pedir que apresentasse a demissão para que fosse a pedido dele porque não gostava de rebaixar as pessoas, mas foi de facto um momento menos feliz em que também ofendeu muitos cidadãos da cidade que faziam parte da comunidade. Portanto, outra opção não restava. -----

----- Disse que a carta estava na EGEAC, e até estava no Gabinete da Sra. Vereadora Eduarda Napoleão há duas semanas, e ela autorizara o arraial apesar de uma assessora lhe ter dito “olhe que a Polícia Municipal é contra porque diz que há lá perturbações de ordem pública”. Mas autorizou, e autorizou duas semanas antes! -----

----- Aliás, pessoalmente consultara o processo todo para ver a tramitação. -----

----- Efectivamente entendia que era grave que alguém na EGEAC tivesse enviado a carta para as colectividades, sem lhe comunicar e lhe dizer “então o comandante da Polícia Municipal escreve uma carta destas?” Porque andar a distribuir pelas colectividades era mais ofensivo, mas garantia que estava no apuramento das responsabilidades correspondentes. -----

----- Se a Sra. Vereadora tivesse recusado os arraiais com base naquela carta, eram muito amigos mas tinham um problema! Mas não, como era sensata e lúcida autorizara os arraiais apesar do que lhe disseram, mas estava convencido que a carta não a teria lido seguramente toda. -----

----- Quanto à intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, disse que, com toda a simpatia, a propósito do que referiu do Túnel do Marquês até gostava das suas interpelações. Um dia destes estava igual ao Eng^o Sócrates em debates consigo, e se calhar teriam mais um candidato à liderança do PS. É que sabia quem queria debater consigo e porquê, e não se importava quando simpatizava com as pessoas. -----

----- Mas o Deputado Municipal Miguel Coelho às vezes fazia-lhe lembrar a pessoa daquela história que ia em contra-mão na auto-estrada, via uma série de carros contra ela e dizia que vinham todos em contra-mão não reparando que era ela que de facto ia contra-mão. É que vinha propor um referendo para Monsanto quando era anunciado que Monsanto teria aquilo que de certeza absoluta era do agrado de todos. De facto, o Deputado Municipal Miguel Coelho era desconfiado quando dizia que não sabia se isso era uma porta aberta para um hipódromo – aliás, o PS estava hoje com uma linguagem muito zoológica, já o convidaram para ir visitar as ratazanas do Bairro 2 de Maio – mas queria dizer-lhe uma coisa. Não era para um hipódromo, mas a Sociedade Hípica provavelmente não iria ficar ali. Não ia era para Monsanto! Agora garantia que para ali não ia um hipódromo, não iam abater árvores. -----

----- Compreendia que algumas pessoas estivessem habituadas, não sabia se com os seus partidos se noutros, mas a política às vezes tinha uma série de políticos que diziam uma coisa e faziam outra, e por isso compreendia que as pessoas estivessem desconfiadas. -----

----- A um aparte respondeu “eu compreendo que o Senhor ache isso do nosso Governo, cada um acha de quem acha” mas pessoalmente nos pontos em que mudara de posição foi para tentar ir ao encontro de observações que o PS fez, como de várias bancadas fizeram, portanto foi nesse sentido que trabalharam. -----

----- Depois, referindo-se à Presidente de Junta de Freguesia dos Prazeres, por quem referiu ter uma simpatia particular até pela zona de que era Presidente, disse que os editais que referira eram duas fases de demolição. A Sra. Presidente de Junta dizia que ele tinha a casa mal arrumada, e às vezes havia alguns sítios onde ainda estavam, reconhecia isso porque a casa era muito grande. Mas o que era certo é que foram dois

editais para duas demolições diferentes: estava lá a fachada que fazia parte do inventário, que dizia Pinhol, que não sabia ao certo o relevo patrimonial que tinha, e depois havia uma outra casa, cor-de-rosa, que também tinha que ser demolida. Portanto, foram dois editais para duas demolições diferentes. Na carta que lhe chegou havia um erro da Dra. Teresa Costa Reis que escrevia “dois processos de demolição” quando deveria ser “dois processos de licenciamento” e esses é que foram indeferidos liminarmente, porque as demolições foram por razões de segurança. -----

----- E quanto ao cartaz que lá estava a dizer “nem imagina o que aí vem” não era na Pinhol, porque a Pinhol era outro caso. Era nos terrenos para onde estavam propostas as torres do Arqtº Siza Vieira. Aí é que estava o referido cartaz a dizer “nem imagina o que aí vem”, como, aliás, para onde estava prevista e proposta aquela construção em altura do Arqtº Norman Foster. Quando punham “nem imagina o que aí vem” sabiam bem onde punham! De facto era polémico, ia haver referendos, ia haver tudo. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que colocara quatro ou cinco questões que tinham a ver com a área do desporto, que não tendo sido respondidas voltava a colocá-las. -----

----- Repetiu então as perguntas que estavam referidas na sua anterior intervenção, portanto já transcritas nesta acta. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que relativamente ao estudo de impacte ambiental o Sr. Presidente da Câmara se disponibilizara para fazer chegar o processo, o que registavam, agradeciam e ficavam à espera. No que dizia respeito ao Bairro 2 de Maio o Sr. Presidente da Câmara não deveria ter tido oportunidade de reunir a informação necessária para lhe responder, mas gostava que ele se pudesse munir dessa informação, porque gostavam de saber se realmente houve uma alteração nas empreitadas e a Câmara Municipal deixara de intervir nos interiores dos imóveis e passara apenas a intervir na limpeza das fachadas desses prédios, inclusivamente nos prédios onde estavam os esgotos a céu aberto e a Câmara não ia intervir para além das pinturas, o que era uma coisa inadmissível. -----

----- Queria crer que isso não era verdade, e por isso pedia que o Sr. Presidente da Câmara o desmentisse porque isso era muito preocupante. -----

----- Ainda sobre o Bairro 2 de Maio disse que acontecera aí uma coisa muito estranha na semana passada. É que a Câmara Municipal andara a pintar uma faixa ao nível do rés-do-chão numa série de imóveis, perguntaram o que se passava e disseram que a Câmara andava a fazer aquilo porque o Sr. Presidente da Câmara ia visitar o Bairro. Não acreditava que fosse assim, mas gostava de ouvir um comentário sobre isso. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que nem sequer conhecia pessoalmente o comandante da Polícia Municipal, mas a carta em questão tinha um problema que lhes despertara uma preocupação séria. Todos são humanos e aceitaria que qualquer um, num momento de maior calor ou de maior debate, dissesse coisas erradas. Ele dizia-as, todos seguramente diziam, eram todos humanos, não eram Deus. Mas o que estava

escrito numa carta, que dizia o Sr. Presidente da Câmara que se calhar a Sra. Vereadora não leu toda, não era só o problema de “gente de tez negra”, porque esse seria o problema menor, mas sim o que no parágrafo seguinte se dizia: “essas pessoas dessas nacionalidades, que com os seus usos e costumes trazem promiscuidade...”. ----

----- Não queria ser radical mas achava que no velho tempo da Alemanha não se diria melhor! Certamente o Sr. Presidente da Câmara estaria consigo de acordo nisso. E tendo sido a carta escrita e assinada por um Subintendente, comandante da Polícia Municipal, muito naturalmente se questionava que mentalidade estava na Polícia Municipal, ou pelo menos nalgumas pessoas. Isso é que os preocupava! Qualquer um de quando em vez podia dizer uma coisa menos certa numa irritação, isso podia perfeitamente acontecer, agora verter num documento oficial uma frase desse tipo, sinceramente nunca tinha visto, o seu conteúdo era claramente nazi. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Vieira (PCP)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que de certeza os trabalhadores da Carris e as suas estruturas iam agradecer ao Sr. Presidente da Câmara a disponibilidade agora manifestada. Esse não era mérito seu, era deles, era da capacidade que tinham para ele conseguir convencer o Sr. Presidente da Câmara que deveria ter dado atenção em tempo útil. -----

----- Mas o problema agora não era esse. O problema de fundo era saber quais as questões que levaram a que o Ministério dos Transportes, em despacho conjunto com o Ministério das Finanças, tivesse dito que havia identidade de propósitos na transmissão da Carris para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Por outro lado, sabendo-se que o relatório estava entregue, perguntava quando pensava o Sr. Presidente da Câmara dar conhecimento dele à Câmara e à Assembleia Municipal, já que se tratava de um assunto da máxima importância para a cidade. -----

----- Não era brincadeira nenhuma! Quem estava nas paragens à espera que os autocarros passassem sentia bem o tempo que esperava, porque para além de nem sequer serem anunciados os cortes, por cada chapa cortada na circulação eram três postos de trabalho destruídos e mais vinte minutos de espera para as pessoas. -----

----- Portanto, estas questões teriam que ter uma resposta objectiva: o Sr. Presidente da Câmara ia ou não dar essas informações. -----

----- E questionava também por que razão é que um assunto desta importância não constava na informação escrita do Presidente da Câmara, tendo em conta que na data em apreço foi concluído um relatório com a participação de técnicos da Câmara, da Carris, do Ministério, em várias comissões, inclusivamente com impactos financeiros futuros sobre a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, começou por esta última questão, referente à Carris, dizendo que não lhe foi entregue nenhum relatório. O Sr. Deputado Municipal referiu que ele tinha data de 13 ... -----

----- A um aparte de todo imperceptível por produzido fora do microfone, respondeu que acreditava piamente, mas não lhe foi entregue esse relatório. Os relatórios que lhe eram entregues lia-os, mas esse não porque não lhe foi entregue. -----

----- Mas recordava que sobre a Carris já teve oportunidade de dizer qual era a sua posição: primeira metade do mandato naturalmente favorável à transferência da Carris para o Município, e criada a Autoridade Metropolitana de Transportes a Carris devia integrar-se nesse processo. Era nesse sentido que estavam a trabalhar. Por si achava natural que a Carris estivesse sob tutela do Município, disse isso antes das eleições e continuava a dizê-lo agora. -----

----- Relativamente ao Bairro 2 de Maio, disse que o Deputado Municipal Dias Baptista referira que pintaram uma faixa para ele ir visitar o bairro, mas na verdade não tinha nenhuma visita oficial marcada ao bairro. Aliás, não gostava muito de visitas oficiais, passava lá todos os dias praticamente. -----

----- Mas devia dizer que foi um dos instigadores a que os prédios fossem pintados de branco e não daquele azul que ali estava, que houvesse uma uniformidade no bairro, e não deu descanso aos dois Vereadores envolvidos até os prédios serem pintados de branco, porque entendia que não ficava bem aquela policromia. -----

----- Agora, da faixa que foi pintada para ele ir lá, com toda a franqueza não sabia de nada. Não sabia se era uma faixa branca, se azul, se verde, se encarnada, não fazia ideia nenhuma. -----

----- Quanto às fossas e o saneamento, disse que houve empreitadas adjudicadas ainda antes da eleição desta Câmara, que de facto não correram bem. Houve uma reclamação numa empreitada para esse trabalho em concreto, que estava a acabar de ser apreciada. Agora, com certeza que o trabalho ia ser feito, não se iam limitar à pintura exterior. -----

----- Portanto, no que dizia respeito ao saneamento o trabalho ia ser feito, mas a reparação de casas com certeza que era outro processo. A Câmara estava a alienar fogos, ia transferir verbas para Juntas de Freguesia para reparações, portanto havia toda uma série de processos envolvidos. Mas as obras relativas às fossas iam fazê-las e desde já pedia à Sra. Vereadora para que fosse no mais curto espaço de tempo possível. -----

----- Sobre o que foi dito pelo Deputado Municipal Carlos Marques, disse que por acaso tinha a informação – não sabia se era verdade e não quis apurar nem mandara abrir nenhum inquérito nesse sentido – que não foi o ex-comandante da Polícia Municipal que escreveu o texto da carta directamente. Tinha essa informação! -----

----- Agora, assinou! E depois também ouviu as declarações que ele fez que não lhe agradaram. Não ouviu directamente, mas pediu a gravação e ouviu. A TSF já tinha ouvido o Deputado Municipal Miguel Coelho, quando pessoalmente soube disso eram oito horas da noite. Pediu a gravação imediatamente e pediu a cópia da carta. -----

----- Portanto, estava de acordo com o Deputado Municipal Carlos Marques de que era até mais grave o segundo parágrafo de que o primeiro, não tinha dúvidas em dizer isso. -----

----- Mas desejava referir também que hoje em dia já conhecia razoavelmente a Polícia Municipal e estava em condições dizer que se havia polícia que tinha uma paciência infinita na maneira de lidar com as populações, independentemente da sua cor da pele, religião, clube ou fosse o que fosse, mas que causavam desordem, era a

Polícia Municipal de Lisboa, que não tinha os poderes que a outra polícia tem, mas que tinha às vezes a mesma responsabilidade e noutras vezes até mais, nos bairros, nos sítios mais difíceis. -----

----- E não tem notado, da parte da Polícia Municipal – não o estava a dizer para eles o virem a saber mas porque era verdade – nenhuma atitude desse género, o que seria uma vergonha para a cidade. Pelo contrário, tem notado uma capacidade fantástica de lidarem com as populações, independentemente das suas características pessoais. -----

----- Por isso, considerava esse episódio um lamentável episódio, mas isolado. Tomaram a medida adequada, não iriam sequer deixar cair sobre Lisboa um pingão que fosse de mentalidade xenófoba, porque a mentalidade que tinham era uma mentalidade ecuménica, era uma mentalidade comunitária, e agregar em relação a todas as pessoas fossem de que origens, usos ou costumes fossem. -----

----- Referindo-se ao que foi dito pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, disse que esperava que ao nono mês chegasse a transferência de verbas. Nono mês normalmente era sinal de luz, e portanto esperava que chegassem as verbas e que a Sra. Vice-Presidente, Dra. Teresa Maury, tivesse meios para o fazer. Tinha razão, houve uma falta aí, se as verbas não foram transferidas a culpa era sua. -----

----- Sobre as piscinas, disse que estavam para adjudicação breve, para satisfação de todos. -----

----- Quanto ao responsável pelo desporto, respondeu que era o Sr. Vereador Moreira Marques que tinha a gestão corrente do Pelouro e a gestão administrativa. Era ele que despachava os assuntos do desporto, embora a responsabilidade política dos Pelouros todos fosse sua, e assumia-a. -----

----- A vários apartes, disse que gostava muito dos Srs. Deputados Municipais mas achava que entrar em diálogo directo quebrava as regras do Regimento, que entendera hoje ser um documento cada vez mais querido pelos Srs. Deputados Municipais. -----

----- Um Deputado Municipal, que não se identificou nem foi identificado pela Mesa, fez uma intervenção de todo imperceptível por produzida fora do microfone, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que havia uma convergência de propósitos nas posições que eram conhecidas do programa do Governo aprovado na Assembleia da República, e do programa eleitoral sufragado pelos cidadãos em Lisboa, e, portanto, o despacho salientava essa convergência de propósitos, que não era preciso repetir, era uma questão de palavra enunciada palavra dada. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, no próximo dia 22 de Junho, pelas 15 horas. -----

----- Eram 20 horas e 10 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.

----- O PRESIDENTE -----